

Projeto Político Pedagógico



Estação
Conhecimento
Marabá



**Projeto
Político
Pedagógico**



**Estação
Conhecimento**
Marabá

Sumário

04 Apresentação

07 Contextualização do território

49 A Estação Conhecimento de Marabá

73 Missão, Visão e Valores

75 Diretrizes de atuação

95 A atuação da EC Marabá

121 Referências bibliográficas

128 Ficha técnica

Apresentação

As Estações Conhecimento são equipamentos educacionais que oferecem atividades de educação, cultura e esporte no contraturno escolar, tendo como principal público crianças e adolescentes de 6 a 17 anos.

As Estações contribuem para o desenvolvimento social das comunidades atendidas, fomentando a criatividade, a inovação, a articulação de parcerias, a participação e o compartilhamento de ações entre entes públicos, a sociedade civil organizada e as comunidades, valorizando as especificidades de cada região.

Ao todo, são cinco Estações Conhecimento situadas nos municípios de Arari (MA), Brumadinho (MG), Serra (ES), Marabá e Tucumã (PA). Instituições independentes, as Estações Conhecimento são mantidas principalmente com recursos diretos da Fundação Vale, recursos incentivados da Vale e recursos provenientes de empresas parceiras.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) das Estações Conhecimento é construído de forma participativa e, a partir da escuta das demandas dos educadores e educandos, é o documento que orienta as práticas pedagógicas e a gestão administrativa, pautado nos princípios da Educação Integral. O PPP busca promover também práticas de gestão democrática e reconhecer o educando como sujeito que tem direito à educação, saúde, esporte, cultura, lazer, à convivência familiar e comunitária para o exercício pleno da cidadania.

O PPP da Estação Conhecimento Marabá consolida as experiências pedagógicas acumuladas durante os 12 anos de existência da instituição em Marabá, no Pará. Esse documento foi construído a partir de 2021, por meio da parceria entre a Es-

tação Conhecimento Marabá, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz. Essa construção contou com um processo formativo e ações de mobilização junto aos educadores, nas quais buscou-se refletir coletivamente sobre a realidade da Estação Conhecimento, de seus educandos e os objetivos das atividades oferecidas. As atividades foram revistas, levando em conta a intencionalidade, o formato e identificando oportunidade de integração das ações.

A Fundação Vale acredita que o PPP representa um passo importante para a Estação Conhecimento de Marabá, pois direciona a organização das atividades, a gestão do equipamento e a importância dos processos de aprendizagem dos educandos, com foco no desenvolvimento nas dimensões intelectuais, físicas, emocionais, sociais e culturais.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!





Contextualização do território

O estudo da história de um lugar apoia e orienta a construção de um conhecimento interdisciplinar e coletivo, que contribui para criar pequenos centros de referência e preservação da memória e da cultura local, com acervos formados pelas fontes coletadas, pessoas entrevistadas, locais visitados e arquivos pesquisados. É sob essa perspectiva que se inicia a história da Estação Conhecimento de Marabá: em diálogo e reconhecimento da trajetória e das características que marcam o seu território.

História de Marabá

A cidade de Marabá está localizada a sudoeste do estado do Pará, na região Norte do Brasil e sua história pode ser narrada como resultado de diferentes conflitos por território, ciclos econômicos – como a pecuária, extração de látex, castanhas e minérios – e projetos governamentais voltados para a infraestrutura.

O nome Marabá, segundo o Dicionário Ilustrado Tupi-Guarani, é de origem indígena da família linguística Tupi-Guarani, e provém da junção das palavras *marã* (guerra) e *abá* (gente), podendo significar: mestiço, filho da índia com o branco (francês) ou, popularmente, como “filho da mistura”.

Línguas Indígenas

No Brasil, do total de 180 línguas indígenas faladas, o tronco Tupi reúne 40 delas e é constituído por sete famílias linguísticas *Arikém* (1 língua), *Juruna* (1 língua), *Mondé* (7 línguas), *Mundurukú* (2 línguas), *Ramaráma* (2 línguas), *Tuparí* (3 línguas), *Tupi-Guarani* (21 línguas), e 3 línguas isoladas no nível de família: *Aweti*, *Puruborá* e *Sateré-Mawé*.

Marcada pelo encontro entre diferentes povos e culturas, Marabá possui uma trajetória caracterizada por conflitos entre indígenas e não indígenas, a exploração das riquezas naturais e minerais presentes nesta região da Amazônia e por um fluxo migratório de populações oriundas de diversas regiões brasileiras, principalmente da região Nordeste e de migrantes alemães e italianos.

Os registros históricos informam que o início da ocupação desses territórios teria ocorrido em meados do século 19 com a expansão pastoril para a criação de gado à margem esquerda do rio Tocantins, quando essa atividade econômica da região começa a se aproximar do bioma da Amazônia. A partir desse movimento, diversas cidades foram criadas, a primeira delas Boa Vista, atual Tocantinópolis, que pertencia a Goiás e atualmente é do estado do Tocantins.

A partir daí, com o expansionismo em direção a oeste, rumo ao estado do Pará, outras cidades foram sendo criadas, como: Barra da Corda (1852), Porto Franco (1852), Imperatriz (1872) e São Vicente do Araguaia (1885), atualmente conhecida como Araguaatins.

Com a proclamação da República, os conflitos na região de Boa Vista foram acirrados e os criadores de gado atravessaram o rio Araguaia em busca de campos naturais que os levaram a ocupar regiões pertencentes ao estado do Pará. Em 1892, foram criadas a vila de Santana da Barreira e Conceição do Araguaia, em 1897.

As disputas entre estados do Goiás e Pará (Grão-Pará, na época) pelo controle fiscal da região dão origem ao município de São João do Araguaia, localizado na confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Desse município foi desmembrado o Burgo¹ do Itacaiúnas, localização que rapidamente passou a ter centralidade na região. Para apoiar os colonizadores dos vales dos rios Pau d'Arco e Itacaiúnas, o Governo do Grão-Pará, em 1895, outorgou a concessão de colônia agrícola, assim a região passou a se chamar Burgo Agrícola do Itacaiúnas. A exploração dessa colônia não

teve sucesso, entretanto, atraiu migrantes para a área conhecida como “pontal”, localizada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas.

No início do século 20, o governo do estado do Pará trabalhava para garantir os limites de suas fronteiras do sul e oeste e, para isso, investiu em ações de colonização atraindo pessoas para a atividade do caucho e seringais. Esse movimento mobilizou uma grande população migrante de todo país para o atual sul do Pará e essa época ficou marcada por muitos conflitos entre colonos e indígenas.

Nesse contexto, em decorrência dessa migração populacional e da extração do látex que intensificava as trocas mercantis na região, em 27 de fevereiro de 1913, Marabá se emancipou do município de Baião (grande extensão patrimonial paraense que incorporava as terras de São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Marabá e o Distrito de Alcobaça) por meio da Lei nº 1.278, efetivada no dia 5 de abril deste mesmo ano. Essa é a data de comemoração do aniversário da cidade.

Origem de Marabá

O surgimento de Marabá remonta a um comerciante maranhense, chamado Francisco Coelho da Silva, que teria implantado um entreposto comercial na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas como base para exploração de seringais. O nome do entreposto era Marabá e teria dado origem ao nome do futuro município.

Nesse começo de século 20, a extração do caucho² se sobressai às demais atividades extrativistas, atraindo mais migrantes de todo o país, principalmente dos estados do Nordeste, Minas Gerais, Goiás e imigrantes árabes. Em seguida, com o declínio do

¹ Um burgo designa geralmente uma cidade comercial, que se desenvolvia fora das muralhas do núcleo urbano primitivo, senhorial. Os burgos são as antigas cidades. Sinônimo: Vila, povoado, Terra, Estância Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sinonimos/burgo/>

² Caucho é uma planta amazônica pertencente à Mata de Terra Firme e, como a Seringueira, também é produtora de goma elástica, mas seu látex não apresenta as mesmas qualidades do produzido pelo gênero Hevea (seringueira) e precisa ser misturado ao desta. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/caucho/>

ciclo da borracha, a atividade da castanha-do-pará tornou-se o principal produto a ser comercializado no porto de Belém, levando a região de Marabá a uma segunda onda migratória que atraiu paraenses, maranhenses e goianos. Em 1927, Marabá foi considerada a maior produtora de castanha do sul do Pará, e depois do mundo.

Até a metade do século 20, muitas disputas de terras entre os estados do Norte marcaram as delimitações municipais da região e, como consequência, sua ocupação demográfica e econômica. Na década de 1950, o governo do Pará modificou a Lei de Arrendamento de Terras e passou a conceder aos arrendatários a posse definitiva da mesma. Esse fato levou esses proprietários a investir em infraestrutura mínima, como estradas, roças e pastagens para criação de gado, devido ao grande aumento da população nessa década.

Na década de 1960, com a ditadura militar (1964–1985), foi implementada uma política desenvolvimentista que visava a integração nacional por meio da modernização da economia, pautada na ampliação do capital industrial do país, a despeito das populações originárias que habitavam esses territórios e do bioma amazônico predominante na região. Expoente desse projeto militar, o Programa de Integração Nacional (PIN) começou a ser implementado nos anos 70 com o objetivo de “implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país”.

Inauguram-se os grandes projetos agropecuários e minerais para a ocupação da Amazônia, uma época marcada pela construção de grandes estradas como a Rodovia Transamazônica, a BR-230, com execução de obras concomitantes em diversos trechos, como o que ligava Marabá ao Porto da Balsa, às margens do rio Araguaia.

Em 1972, a Transamazônica, que corta o município de Marabá e rasga a Floresta Amazônica, já fazia ligação desta cidade até Altamira. A Rodovia Belém-Brasília (na época nomeada como PA-70 e, atualmente, BR-222) é da década anterior e contribuiu para o fluxo migratório em direção ao sul do Pará. Essas grandes obras impac-

taram os povos indígenas e quilombolas da região, entre eles os Parakanã, habitantes das terras situadas entre o curso médio dos rios Tocantins e Xingu.

Ainda sob o regime militar, a década de 1980 nessa região ficou caracterizada pelo Programa Grande Carajás (PGC), uma iniciativa do Estado brasileiro, em parceria com a iniciativa privada, que articulava extração mineral, produção agrícola, transformação e beneficiamento mineral e produção energética, além de investimento em infraestruturas logísticas e de comunicação na Amazônia Oriental.

O PGC, por meio do Decreto de Lei nº 1813 de 1980, previa a extração de minério por empresas nacionais e multinacionais, fornecendo incentivos tributários e financeiros para grandes empreendimentos, resultando em mais uma grande onda migratória para o sul do Pará, considerada umas das regiões que recebeu migrantes de todo o país nessa década.

Até o ano de 1988, a região conhecida como Serra Pelada por ter o maior garimpo a céu aberto do mundo, estava no território de Marabá. As principais obras do Projeto Grande Carajás (PGC) foram: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o Porto de Itaqui e a Estrada de Ferro Carajás, essa última relacionada diretamente com a história de Marabá e com conflitos entre os indígenas e não indígenas da região.

A Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 1985, possui 892 quilômetros de extensão e faz a ligação da maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, situada no sudeste do Pará, ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). Para cruzar o rio Tocantins pelo município de Marabá, foi construída a Ponte Mista³ Rodoferroviária

3 A Ponte de Marabá é mista porque tem a função de rodovia e ferrovia. Atravessa o rio Tocantins, tem extensão de 2.340 metros. Localizada na área urbana do município de Marabá, próxima ao lago artificial da hidrelétrica de Tucuruí. Inicialmente foi planejada para atravessar o rio Tocantins e transportar as cargas de minérios extraídos em Carajás até o Porto de Itaqui, na cidade de São Luís (MA). Mais tarde foi adaptada com faixas de rolamentos em mão inglesa, passando a ter ao centro a via férrea para o transporte de cargas e passageiros entre os estados do Pará e Maranhão. Além de conectar a região sudoeste do estado do Pará com a costa norte brasileira, esse cruzamento é muito importante porque liga a BR-155 com a BR-150. Conecta os distritos periféricos e o Centro de Marabá.

de Marabá, que teve suas obras iniciadas em 1984 e foi inaugurada em 8 de fevereiro de 1985, no final do regime militar, pelo então presidente João Batista Figueiredo.

Povos indígenas

Essa narrativa não leva em conta que, nesta região, é histórica e marcante a presença dos indígenas e comunidades tradicionais. Segundo o Instituto Socioambiental, atualmente no estado do Pará existem 64 Territórios Indígenas (TI) cuja área total de abrangência chega a 30.915.946 hectares.

Atualmente, no município de Marabá existem três Territórios Indígenas (TI). O TI Sororó, com uma população de 385 indígenas e área oficial de 26.258 hectares, habitada pelo Aikewara que ali se estabeleceram desde o início do século 20, após deixarem as margens do rio Vermelho, afluente do Itacaiúnas, por conta dos sucessivos ataques dos *Xikrin*.

Essa população teve o primeiro contato com os não indígenas na década 1960, que ficou marcada por uma epidemia de gripe que matou dois terços de sua população, reduzindo-a de 126 para 40 pessoas. Ao longo das décadas houve uma recuperação populacional.

A região também contempla o TI de *Tuwa Apekuokawera*, com 404 indígenas, área oficial de 11.764 hectares, habitada pelos Aikewara. E o TI *Xikrin do Cateté* (próxima a Serra dos Carajás), que concentra uma população de 1.183 indígenas, vivendo sobre uma área de 439.151 hectares. O território é habitado pelas etnias *Mebêngôkre Kayapó* e *Xikrin*, integrantes dos grupos *Kayapó* que se autodenominam *mebêngôkré* (“gente do buraco d’água” ou “gente da água grande”) fazendo referência aos rios Tocantins e Araguaia.

Povos indígenas

Estimativas históricas apontam que, em 1500, havia no Brasil mais de 1000 povos indígenas distribuídos por todo o território. Segundo o Censo de 2010, existem e resistem hoje 305 povos indígenas com mais de 274 línguas distintas. Do total de 896 mil indígenas recenseados, a maioria declarou ser *Ticuna* (5,1%), *Guarani Kaiowá* (4,8%), *Kaingang* (4,2%), *Makuxi* (3,2%) e *Terena* (3,2%).

A maior parte das terras reconhecidas e demarcadas estão localizadas na Bacia Amazônica e contam com a presença de, aproximadamente, 60% dos povos indígenas do Brasil. Dos estados brasileiros da região Norte que concentram o maior número de localidades indígenas⁴, o primeiro é o Amazonas (2.602), em seguida Roraima (587), e o terceiro é o Pará (546).



⁴ No estudo Localidades Indígenas na Base Territorial (IBGE, 2019), de 2010 até o ano de 2019, o número de regiões indígenas no país aumentou de 1.856 para 7.103. As regiões indígenas estão distribuídas em 827 municípios brasileiros. Desse total, 632 Terras Indígenas (TI) foram oficialmente delimitadas. As demais localizações indígenas referem-se a 5.494 agrupamentos indígenas – desses 4.648 pertencentes a terras indígenas e outros 846 que estão fora dos territórios indígenas. Existem 977 regiões dominadas “outras localidades indígenas” que são aquelas onde há presença desses povos, mas a uma distância mínima de 50 metros entre os domicílios.

A cerca de 40 km da cidade de Marabá e a apenas 30 km do povoado de São Félix, estão o povo Gavião, na terra indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins. Ainda que mais distante que as demais, essa TI, pela sua dimensão (62 488 hectares) e presença no dia a dia marabaense, torna-se importante para a contextualização da região. Abrange parte dos estados do Pará e do Maranhão, no curso médio do Rio Tocantins. São, majoritariamente, três povos indígenas que se unem como resultado da luta por sobrevivência, para formar o povo, hoje denominado Gavião, em 1943. Os Akrãtikatêjê que tinham as suas aldeias mais ao norte, na direção das cabeceiras dos Rios Capim e Moju, os Kyikatejê, da região do Igarapé do Frade, nos atuais municípios de Cidelândia e Rondon do Pará, e os Parkatejê, que viviam a oeste de Itupiranga.

No Brasil e, principalmente no estado do Pará, há um alto índice de mortes de indígenas ocasionadas por conflitos territoriais, geralmente relacionadas à exploração ilegal da terra, da madeira e de minérios, além do agronegócio e outras atividades econômicas que degradam a biodiversidade brasileira.

Só no primeiro semestre de 2022, dos 19 casos registrados, 15 aconteceram na Amazônia Legal e a maioria dos mortos são indígenas⁵. Durante todo o ano de 2021, foram registrados 35 assassinatos em conflitos envolvendo os povos das águas, do campo e das florestas.

Polo Industrial

Entre as décadas de 1990 até 2020, fatores políticos e econômicos corroboraram para a pujança de Marabá. A Lei Orgânica Municipal foi promulgada em 1990 e modificada pela Emenda à Lei Orgânica nº 52, de 27 de Novembro de 2018, tornando-a ainda mais atual. No final da década de 1990 e início da seguinte,

⁵ Dados preliminares divulgados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

reformas econômicas geraram resultados e atraíram investimentos industriais e o município tornou-se um polo do setor metal-mecânico.

Entre as décadas de 1990 e 2000, os conflitos relacionados à questão latifundiária aconteceram concomitante ao desenvolvimento econômico e aumento populacional do município. As milhares de pessoas que chegaram em Marabá em busca de novas oportunidades, seja para o recém setor industrial e/ou para aventurar-se no trabalho no garimpo de Serra Pelada, na década de 1980, nem sempre encontravam ocupações.

Por outro lado, não havia políticas públicas que contemplassem os brasileiros que ali chegavam, seja para qualificação e profissionalização de mão de obra, seja para assegurar moradia, proteção social, educação, saúde e segurança. Nesse contexto, a maioria dos migrantes ocupavam as regiões localizadas na zona rural. Essas ocupações somavam-se às irregularidades e tensões da luta pela terra das décadas passadas, cujos resultados foram o assassinato de várias lideranças camponesas, sindicalistas, religiosos, ambientalistas, ativistas de direitos humanos e políticos.

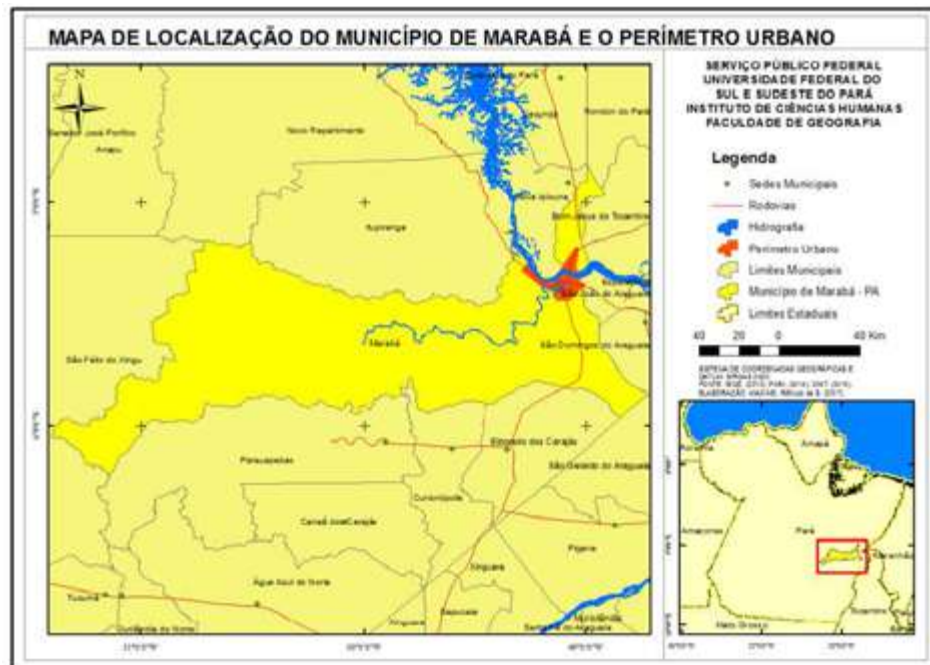
As mudanças econômicas mencionadas atraíram um novo fluxo migratório à cidade. A população registrada nos Censos 2000 e 2010, respectivamente foram, 168.020 e 233.669, um crescimento de 65.649 pessoas em apenas dez anos. O IBGE, a partir dos dados do Censo, elaborou o estudo “Amostra Migração”, no qual apresenta os número de pessoas de 5 anos ou mais que não residiam no município em 2005 e identificou um total de 29 mil migrantes na época.

É desta forma que a cidade de Marabá assume a característica de “cidade-região”, ultrapassando os limites geográficos como polo econômico, demográfico e de serviços e constituindo a rede urbana regional do sudeste paraense. Confluem no mesmo espaço o capital privado e capital internacional em diferentes negócios; também as complexas relações de desenvolvimento urbano na Amazônia, uma vez que coexistem velhos e novos modos de vida.

“Na Amazônia esses diferentes sujeitos sociais encontraram diversas populações remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas com seus territórios imemoriais, populações negras que habitavam antigos quilombos. É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia. A região torna-se, assim, um espaço geográfico marcado pela complexidade, daí surgindo sua riqueza política, social e cultural.”
(GONÇALVES, 2001)

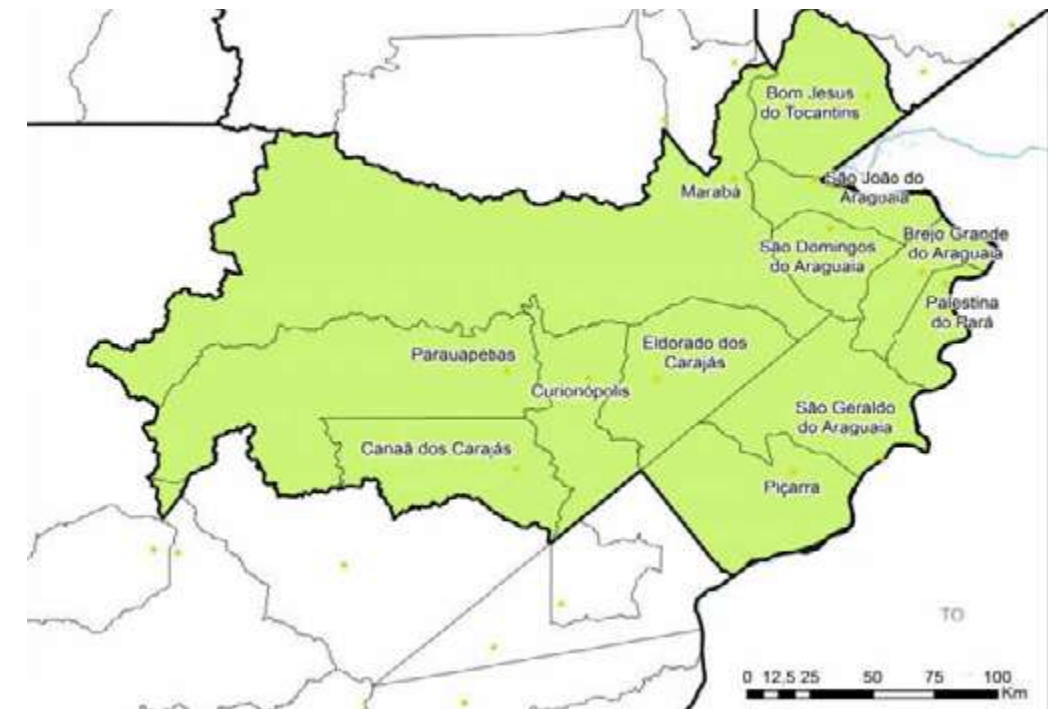
Dados físicos e geográficos

A extensão territorial do município de Marabá compreende 15.128,058 Km² à sudeste do estado do Pará, sob a jurisdição da Amazônia Legal, na região norte do país (IBGE, 2020). A distância é de 560 quilômetros por estrada até a cidade de Belém, a capital do estado do Pará.



Mapa de Localização do Município de Marabá e perímetro urbano (Fonte: Máximo, 2018)

Integra as seguintes redes com os municípios: Rede Imediata (12 municípios); Rede Intermediária (23 municípios); o Território da Cidadania Sudeste Paraense (14 municípios); Região de Integração de Carajás⁶ (12 municípios).



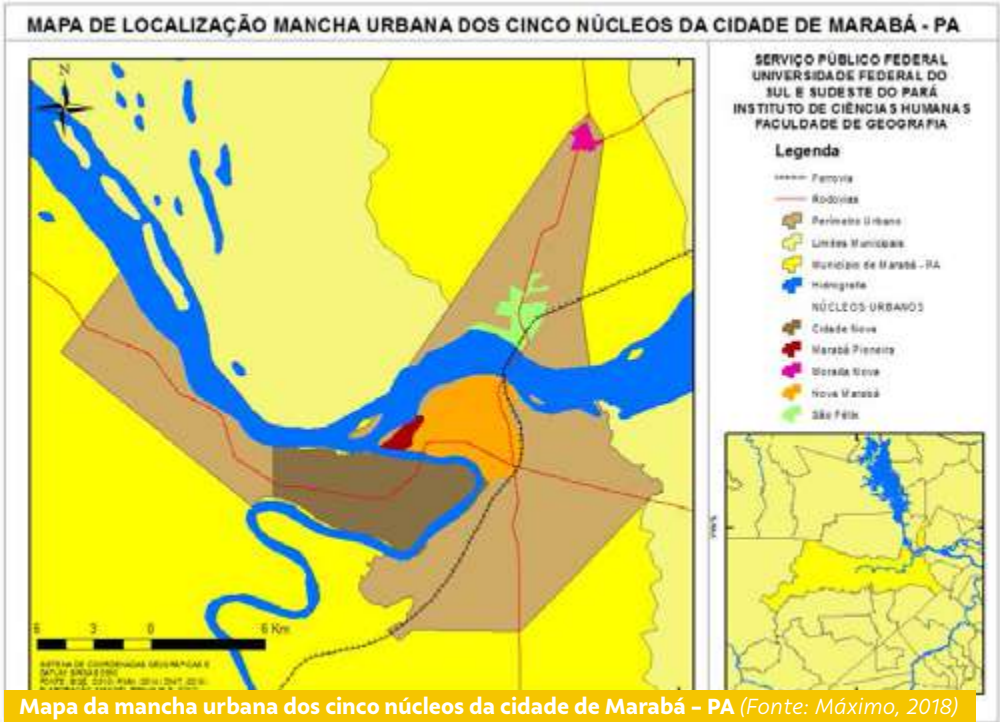
Mapa da região de Integração de Carajás, também conhecida como a Região Metropolitana de Marabá. Fonte: Departamento Municipal de Transporte Urbano de Marabá.

Ao norte estão os municípios de Itupiranga, Nova Ipixuna e Rondon do Pará. Ao sul há os municípios de Parauapebas, Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia. Ao leste, estão as cidades de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia e Bom Jesus do Tocantins e, a oeste, Novo Repartimento.

⁶ Para fins de planejamento e integração, o governo do estado do Pará define 12 regiões de integração (Aprendiz. Territórios em Redes, 2019).

Do seu território, um total de 3.224,75 km² compreende unidades de conservação florestais e terras indígenas. Nas áreas de conservação⁷ constam a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri (1.614 km²), a Reserva Biológica do Tapirapé (998,75 km²) e a Floresta Nacional do Itacaiúnas (442 km²); os Territórios Indígenas (TI) são: TI Sororó, TI de Tuwa Apekuokawer e TI Xikrin do Cateté.

O município de Marabá está oficialmente subdividido em 17 distritos, sendo que 6 deles urbanos, na sede do município, e os outros 11 na zona rural. A cidade está dividida em cinco núcleos urbanos: a Marabá Pioneira ou a Velha Marabá, localizada às margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins; Cidade Nova, onde se situa o aeroporto; Nova Marabá, onde os bairros recebem o nome de folhas numeradas; São Félix I e II, situados depois da ponte Rodoferroviária sobre o rio Tocantins; e Morada Nova, localizada a 20 km da região central (MÁXIMO, 2018).



⁷ Estes valores correspondem apenas às áreas protegidas no município de Marabá, pois as áreas de conservação têm partes situadas em outros municípios contíguos (Relatório Perspectiva para o Meio Ambiente Urbano (2009).

Segundo o Relatório Perspectiva para o Meio Ambiente Urbano, a altitude média é de 125 metros em relação ao nível do mar. Uma importante referência geofísica da sua localização é o ponto de encontro entre dois grandes rios, Tocantins e Itacaiunas, formando uma espécie de “Y” no coração da cidade vista de cima.

Marcada por uma hidrografia complexa, o principal acidente hidrográfico é a bacia do rio Itacaiúnas, afluente pela margem esquerda do rio Tocantins e na sua foz está a sede municipal. O rio Tocantins apresenta os afluentes rio Tauazinho e a Flecheira (leste). O território é cortado em direção oeste/leste pela margem direita pelos rios: Madeira, Parauapebas, da Onça e Vermelho. Pela margem esquerda: Aquiri, Tapirapé, Preto e os igarapés Cinzeiro e Grota do Café.



Vista aérea de Marabá – Encontro dos rio Tocantins e Itacaiúnas e núcleo Marabá Pioneira
Créditos: reprodução/Transparência Fácil, 2022 – PMMarabá

Além dos rios, a bacia hidrográfica do município possui uma série de igarapés, utilizados para atividades de lazer, entre os quais destacam-se: Igarapé Água de Saúde na margem esquerda do Tocantins, Igarapé Gameleira na margem esquerda do Rio Araguaia, Igarapé Ipixuna no limite com São Félix do Xingu, Igarapé Platauá e Igarapé Sorozinho, nos limites com São Geraldo do Araguaia.

Vegetação e desmatamento

Com um rico patrimônio natural, os territórios marabaenses caracterizam-se pela presença de uma cobertura vegetal amazônica diversificada e clima equatorial úmido. A região possui grandes reservas florestais, como a Reserva Biológica do Tapirapé⁸, com 103.000 ha (1.030 km²), e a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, com 190.000 ha (1.900 km²).

Nos últimos dez anos, entretanto, com os avanços dos processos de expansão urbana, a cobertura vegetal do perímetro urbano de Marabá tem sido intensamente suprimida. As dinâmicas demográficas que marcam a região, como a elevada migração, interferem na urbanização do município e, consequentemente, no desmatamento desenfreado. Já na zona rural, o desmatamento ocorre em função da ocupação das terras para uso agropecuário ou para exploração da mineração.

No primeiro trimestre de 2022, essa região – conhecida como Amazônia Legal – registrou o maior número acumulado de alertas de desmatamento na história do monitoramento feito pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). O total chega a 941,34 km², maior índice desde 2016. Dentre os estados que compõem a Amazônia Legal, Mato Grosso registrou o maior desmatamento, com 32,56 km², seguido do Amazonas (190,39 km²), Rondônia (176,27 km²) e Pará (160 km²).

⁸ Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.exibeUc&idUc=211>



Enchentes no município de Marabá

A localização topográfica da cidade de Marabá sempre chamou a atenção de especialistas em razão da confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, gerando uma planta da cidade que se expande a partir da configuração do pontal “Y”.

O período das cheias dos rios ocorre entre os meses de dezembro a abril, durante o inverno na região da Amazônia. Nessa ocasião, os rios se tornam mais navegáveis e, nas primeiras décadas do século 20, eram propícios à navegação fluvial e ao transporte das castanhas. Entretanto, as condições para o armazenamento e transporte da castanha eram de risco, visto a iminência das enchentes.

Ao longo dos anos, a população dos bairros ribeirinhos foi sendo afetada pelas cheias dos rios, especialmente nos bairros Cabelo Seco, Santa Rosa e a área central da cidade. Os registros datam as seguintes enchentes: 1906 (registro da primeira grande enchente); 1910 (algumas lideranças preocupadas com as cheias, procuraram transferir o comércio para o local mais alto); 1926, 1935, 1947, 1957, 1974, 1977, 1979, 1980, 1990, 1997 e 2022.

Dentre elas, as duas maiores enchentes foram as dos anos 1926 e 1980, que afetaram praticamente toda Velha Marabá. Para o levantamento dessa memória e história, apresentamos uma linha do tempo com os principais acontecimentos.



Travessia de desabrigados do bairro Velha Marabá para o futuro bairro Amapá
Créditos: reprodução/ Imagem antiga do Porto de Canoinhas – Phot Bastos.

1926 – Praticamente todos os moradores tiveram que se retirar temporariamente da cidade. Aqueles que não tinham outro lugar para ir, permaneceram em balsas amarradas nos telhados das casas, principalmente os comerciantes que tinham receio de perder as mercadorias. O prefeito da época preocupou-se mais em utilizar as embarcações para socorrer as famílias mais ricas do que a população mais pobre. Somente depois é que o político autorizou a remoção das demais famílias para a outra margem do rio Itacaiúnas. Essas abrigaram-se em tendas com teto de palha. Posteriormente, este local deu origem ao bairro Amapá.

1980 – A enchente deste ano foi considerada a maior dentre as que foram medidas⁹, chegando a 17,42 metros. Novamente, todas as casas da cidade da Velha Marabá foram atingidas. Os bairros de Nova Marabá e Cidade Nova não foram atingidos. Durante a enchente, a estratégia de pendurar as mercadorias, móveis e utensílios no teto, presos por um girau não teve êxito, pois a água subiu acima do teto das edificações. Àqueles que dispunham de mais recursos financeiros contrataram barcos e retiraram seus pertences de suas casas. Já os mais pobres, residentes nos bairros mais vulnerabilizados, como Cabelo Seco e Santa Rosa, contaram com a solidariedade dos vizinhos, da prefeitura e do Exército, bem como a ajuda humanitária com remédios, cestas básicas e botijões de gás.



Foto da enchente de 1980 em Marabá, a maior da série histórica
Créditos: reprodução/ Debate Carajás, 2022

⁹ A partir de 1976 foi instalada uma régua no rio Tocantins para medir o nível da água do rio (Almeida, 2011).

2022 – No mês de janeiro, as fortes chuvas que caíram na região sudeste do estado do Pará fizeram a régua fluviométrica do rio Tocantins marcar 12,76 metros acima do seu nível normal e, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), foi a maior dos últimos 18 anos. Segundo a Defesa Civil, mais de 2 mil famílias foram atingidas. Novamente, ocorreu a resistência histórica por parte das famílias para não deixar suas casas. Algumas delas permaneceram ilhadas, seja nas comunidades ribeirinhas ou suas casas na área urbana (Rádio Brasil Atual, 14 janeiro de 2022). Cerca de 540 famílias foram alojadas em 17 abrigos provisórios construídos pela Prefeitura. Entretanto, não há uma política para ressarcimento integral dos danos, tanto para os moradores do campo como para os da cidade.



Enchentes forçam o deslocamento compulsório da população atingida.
Créditos: reprodução/Igor Meirelles – Coletivo de Comunicação do MAB.

População

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população contada no Censo 2010 era de 223.669 pessoas, com densidade demográfica de 15,45 hab/ km². A população estimada para o ano de 2021 é um total de 287.664 pessoas, o que representa um aumento de quase 22%.

Devido a falta de atualização do Censo de 2020 realizada decenalmente pelo IBGE não constam informações atuais sobre a distribuição dessa população entre gênero, raça e etnia do município. Contudo, no Censo Demográfico de 2010 do IBGE, as declarações das pessoas pretas, pardas ou indígenas predominam no município de Marabá, totalizando 78% dos residentes – dos quais 8% são pretos; 69,8%, pardos; e 0,2%, indígenas. O contingente de pessoas que se declaram negras (soma das pardas e pretas) é de 77,8% – é

relativamente maior, mas não difere tanto da distribuição verificada na Região Intermediária Carajás e no estado do Pará – 76,5% e 76,8%, respectivamente. Os que se declararam indígenas são 473 pessoas no citado Censo. Esse contingente representa 0,2% da população marabaense. Na RI Carajás e no estado do Pará, a representação indígena é de 0,5%.

Assim, Marabá é a quarta cidade mais populosa do estado do Pará, atrás apenas da capital, Belém, e de Ananindeua e Santarém.¹⁰

¹⁰ Diagnóstico Socioterritorial de Marabá, 2020, realizado pelo projeto Territórios em Rede.

Principais atividades econômicas

A cidade de Marabá por suas características econômicas, sociais e demográficas é uma referência e assume centralidade na região com relação aos negócios. Sua economia foi marcada pelos diversos ciclos: extrativismo vegetal (caucho), Casta-

nha-do-Pará e a extração mineral. Atualmente também se desponta nas atividades ligadas à agropecuária da Amazônia Legal Brasileira, fazendo parte da fronteira agrícola amazônica.

Como resultado disso, o município ganhou força e representatividade econômica no sul e sudeste paraense.

Atualmente, o pólo industrial conta com mais de duzentas indústrias, com destaque para a siderurgia (ferro-gusa). Em segundo lugar, está a indústria madeireira e a fabricação de telhas e tijolos. Outras atividades econômicas estão relacionadas à produção de manganês, agroindústria que trabalha com processamento de polpas, farinha de mandioca, beneficiamento de arroz, leite e palmito, aos produtos extrativos da pesca, seguidos da lavoura e pecuária.

O setor de comércio e serviços também é importante para a economia da cidade, que possui cerca de cinco mil estabelecimentos divididos entre comércio formados por micro, pequenas, médias e grandes empresas e serviços hospitalares, financeiros, educacionais, de construção civil e de serviços públicos.

Sendo assim, com relação ao PIB¹¹ do município, 51,6% do valor advém da indústria, na sequência aparecem as participações dos serviços (33,2%), da administração pública (11,8%) e da agropecuária (3,3%).

Considerando que Marabá é o município mais populoso da grande região de Marabá, com 283,5 mil habitantes e o PIB da cidade é de cerca de R\$11,4 milhões, esses valores o classificam com o 3º maior PIB do estado do Pará, atrás de Belém (1º) e Parauapebas (2º).

¹¹ O Produto Interno Bruto per capita é um indicador econômico que relaciona o crescimento da economia de uma localidade com o tamanho de sua população. É considerado um indicador do padrão de vida em um lugar e sinaliza certas componentes do desenvolvimento econômico. Porém, por se tratar de um valor médio por habitante, não reflete o nível de concentração da riqueza. (Diagnóstico Socioterritorial de Marabá, 2019).

Trabalho e renda

O salário médio mensal do trabalhador formal de Marabá é de R\$ 2,3 mil (2,6 salários¹² mínimos nacionais), valor abaixo da média do estado, de R\$ 2,5 mil. No município de Marabá, há 50,6 mil pessoas empregadas com carteira assinada, o que corresponde a, aproximadamente, 18% (IBGE, 2019).

“Segundo o Decreto no 9.396, de 2018, em vigência, a situação de extrema pobreza é caracterizada hoje pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 89,00, e a situação de pobreza, por sua vez, pela renda familiar mensal per capita de R\$ 89,01 a R\$ 178,00. Em 2019, Marabá teve a média mensal de 80.425 pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza inscritas no CadÚnico, o que representa 24% da população de Marabá, o maior número desde 2016.”

(Diagnóstico Socioterritorial de Marabá, 2019).

Ao considerar a geração de vagas pelo tamanho da população, Marabá é a segunda cidade que mais cresce na grande região. Os setores que mais empregam trabalhadores são: administração pública em geral, obras de engenharia civil e extração de cobre, chumbo e zinco. (Caravela, 2022).

Mobilidade e Transporte

O acesso ao município se dá por meio rodoviário, fluvial e ferroviário. A cidade possui o Terminal Rodoviário Miguel Pernambuco, a Estação Ferroviária de Marabá, que é uma das três linhas de trem de longa distância que transportam passageiros no Brasil (administrada pela empresa Vale) e o Aeroporto João Cor-

¹² Valor do Salário Mínimo de 998,00 <http://www.fetapergs.org.br/index.php/2015-07-27-16-46-22/tabelas-salario-minimo>

reia da Rocha, localizado no distrito urbano Cidade Nova.

As rodovias fazem ligação com diversas cidades do interior do estado e com a capital. As de jurisdição federal são: BR-155, Rodovia BR-230 (Transamazônica), Rodovia BR-222 e, sob jurisdição estadual, a Rodovia PA-150 e a PA-155.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,668, considerado médio quando comparado à média nacional (0,778), segundo o Atlas Brasil (2017).



Ponte sobre o Rio Tocantins tem 2,4 quilômetros de extensão
(Créditos: reprodução/Agência Vale)

cerca de 20 linhas de ônibus, insuficientes para o tamanho da cidade e população. Esse meio de transporte é muito criticado pela população por sua frota sucateada, demora dos ônibus e a lotação dos carros. Sendo assim, a utilização de meio de transporte individual em detrimento do coletivo tem caracterizado o tráfego intenso, principalmente nos horários de pico. Soma-se a isso, os acidentes de trânsito frequentes.

A Estação Conhecimento de Marabá está localizada no bairro de São Félix, conectado ao centro da cidade pela ponte rodoferroviária de Marabá. Na centralidade do bairro São Félix Pioneiro existe um local popularmente conhecido como “rampa”, que possui um significado histórico na cidade. Durante muito tempo serviu de acesso para a balsa que fazia a travessia do rio Tocantins, pois antes não havia a ponte e eram as balsas que atravessavam tanto os veículos como as pessoas para chegar à cidade de Nova Marabá e acessar a Rodovia Transamazônica. Portanto, foi por essa rampa que atracavam as balsas com veículos de diferentes regiões e barcos que vinham de Imperatriz Leopoldina navegando pelo rio Tocantins, as mercadorias, móveis, utilidades necessárias à população marabaense e região.



Rio Tocantins, Ponte Rodoferroviária vista da Rampa de São Félix
(Crédito: Samuel Carvalho – educando da Oficina de Fotografia EC Marabá – abril de 2022)

Mortalidade infantil

A mortalidade infantil da cidade, ou seja, o número de crianças que morreram antes de completar um ano de vida é de 13.93 óbitos por mil nascidos. Esse é um importante indicador da qualidade dos serviços de saúde às gestantes e recém-nascidos, saneamento básico e acesso à informação e educação de uma cidade. A taxa de mortalidade nacional registrada em 2020 é de 11,5 óbitos por mil nascidos, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Com relação ao saneamento básico, Marabá apresenta 31.8% de domicílios com cobertura adequada (IBGE). Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o saneamento básico precário constitui uma ameaça à saúde humana. Associado à pobreza, afeta mais a população de baixa renda, que encontra-se mais vulnerável pela subnutrição e muitas vezes por hábitos de higiene inadequados.

Saúde

A Rede de Saúde Pública do município possui 71 equipamentos e serviços de saúde. Existem, aproximadamente, 56 equipamentos distribuídos em: Unidade Básicas de Saúde (UBS) e Posto de Saúde, Ama Especialidades, Centro de Especialidades Integradas, Clínicas de Imunização, Centro de Apoio Psicossocial (Caps). Para atendimentos às mulheres há um Centro de Testagem e Aconselhamento e um Centro de Referência Integrada à Saúde da Mulher (CRISMU).

Os munícipes são atendidos pela Atenção Secundária da rede formada por: Hospital Municipal de Marabá, Centro Regional de Saúde, Hospital Regional de Marabá, Hospital Regional Público Sudeste Dr. Geraldo Veloso, Hospital do Exército, Hospital Materno Infantil de Marabá, Hospitais de Guarnição de Marabá (duas unidades), Centro de Especialidades Integradas, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Pólo Marabá), Laboratório Central de Saúde Pública e o Centro de Avaliação Físico e Funcional.

Para o atendimento à saúde e transtorno mental, a população conta com apenas três unidades do Centros de Apoio Psicossocial (Caps) – 01 Caps III, 01 Caps AD e um Caps sem identificação. Nota-se que não há serviço especializado para o atendimento infanto juvenil em nenhuma das modalidades. Vale destacar que o atendimento deve ocorrer em separado do atendimento adulto.

A região do São Félix, área onde está localizada a EC, conta com dois equipamentos de saúde, o Centro de Saúde Amadeu Vivacqua e a Unidade Básica de Saúde (UBS) Maria Bico Doce.

Maria Bico Doce

Segundo o conhecimento popular, Maria Bico Doce foi uma personalidade importante da região do São Félix que atuou por décadas como parteira, assim como na preparação de remédios caseiros com ervas nativas e regionais. As enfermeiras e médicos da UBS a respeitavam muito e assim, pelo reconhecimento e importância de dona Maria Bico Doce na comunidade, a UBS ganhou o seu nome.

Educação

Segundo o Censo Escolar (2020), o sistema de ensino no município de Marabá é composto por 269 escolas, sendo 196 escolas municipais, 24 escolas estaduais, 2 escolas federais e 47 escolas privadas. Estão distribuídas por 122 unidades de Educação Infantil (88 municipais e 34 privadas), 191 unidades de Ensino Fundamental I e II (154 municipais e 37 privadas) e 37 unidades de Ensino Médio (24 estaduais e 13 privadas).

Essas escolas estão distribuídas no território em quatro núcleos: Cidade Nova, Velha Marabá, Nova Marabá e Morada Nova. Atualmente, existem 13 escolas no Núcleo São Félix, área de localização da EC.

O número total de estudantes matriculados soma mais de 73 mil, incluindo a Educação para Jovens e Adultos (EJA), e conta com um pouco mais de 2 mil docentes, sendo três quartos desse total no Ensino Fundamental e um quarto no Ensino Médio¹³.

Das mais de 73.516 (100%) matrículas na Educação Básica, 10.178 matrículas são da Educação Infantil (creche e pré-escola), 44.533 no Ensino Fundamental, 12.830 no Ensino Médio, 1.970 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 37 na Educação Profissional – Formação Inicial Continuada (FIC), 4.525 na Educação para Jovens e Adultos (EJA) e 1.735 na Educação Especial (Censo Escolar, 2021).

Na distribuição por gênero e cor/raça foram registradas 36.629 (49,8%) estudantes do gênero feminino e 36.887 (50,2%) do masculino. Em se tratando da autodeclaração cor/raça nota-se que há 33.731 (45% das matrículas) de pessoas não declaradas. Entre as pessoas que declararam cor-raça, 5.494 (7,5%) disseram ser brancas, 1.341 (2%) serem pretas, 33.004 (45%) pardas, 134 (0,18%) disseram ser indígena e 172 (0,23%) informaram ser da cor amarela.

A demanda da Educação Superior e Técnico Profissionalizante é suprida por uma Universidade Federal (3 Campi), uma Universidade Estadual e o Instituto Federal Paraense. Há também universidades, colégios e instituições privadas para a educação superior e ensino médio.

Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador usado para aferir o aprendizado e fluxo dos estudantes nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

¹³ Censo Escolar, 2021.

Ao analisar os dados, o Ideb do município de Marabá, comparado ao do Brasil, está abaixo da média nacional dos anos iniciais (5,1), anos finais (4,3) e no Ensino Médio (3,3), contudo, quando comparado com o estado do Pará, está acima nos anos iniciais. Chama a atenção que, ao final do Ensino Médio, os estudantes do município estão muito abaixo da média de aprendizado esperada para a etapa.

Ideb/2019			
Médias	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Brasil	6,1	4,7	3,9
Pará	4,7	3,9	3,4
Marabá	5,1	4,3	3,3

Fonte: Saeb/INEP

Quando observa-se a trajetória dos (as) estudantes na escola, revela-se que ao final do Ensino Fundamental elas tenham aprendido menos do que nos anos anteriores. Em Matemática, por exemplo, apenas 8% aprenderam o esperado no 9º ano. Em Língua Portuguesa, esse número sobe para 25% dos alunos, ainda muito abaixo do que o necessário.

Em relação ao perfil dos estudantes de Marabá, os microdados do Censo Escolar revelam que, entre os alunos de 5º ano, 69% são negros, 14% se considera branca, 4% amarela e apenas 2% se declaram indígena. Os valores são semelhantes para as respostas obtidas com estudantes do 9º ano e do Ensino Médio, contudo as categorias “pardo” e “não quis declarar” se diferem nas três etapas.

% Autodeclaração Cor/Raça	5º ano	9º ano	Ensino Médio
Branca	14%	13%	11%
Preta	11%	14%	14%
Parda	58%	63%	70%
Amarela	4%	4%	3%
Indígena	2%	2%	1%
Não quis declarar	11%	4%	2%

Fonte: Microdados Saeb/INEP

No 5º ano, 82% declararam que os pais incentivam os estudos e 87% afirmaram que a família os/as incentivam a comparecer às aulas. Ainda nessa faixa etária, 70% declararam não possuir tablet em casa e apenas 36% disse possuir um ou dois computadores/notebooks no domicílio. Cerca de 12% declararam ter abandonado a escola uma, duas ou mais vezes.

No 9º ano, 55% dos e das estudantes afirmaram que os pais ou responsáveis frequentam as reuniões da escola sempre ou quase sempre. No que diz respeito a onde vivem, 56% afirmaram que a região possui rua pavimentada. Em 75% das casas não há tablets e apenas em 46% é possível encontrar um ou mais computadores. No Fundamental 2, aproximadamente 25% já haviam sido reprovados ao menos uma vez.

De fato, a taxa de distorção idade-série é preocupante no município. Nos anos iniciais, alcança 14,6% dos estudantes; nos anos finais, sobe para 31,9% dos alunos; e no Ensino Médio, atinge 40%. Neste caso, equivale a dizer que mais de um terço dos alunos estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Taxa de Distorção Idade Série/2020	
Médias	Anos Iniciais
Anos Iniciais	14,6%
Anos Finais	31,9%
Ensino Médio	40%

Fonte: Saeb/INEP

É importante ressaltar que, entre os anos de 2020 e 2021, caracterizados pelos desafios impostos pela pandemia, as desigualdades sociais e educacionais pré-existent no país foram agravadas. A alternativa das aulas remotas para suprir o fechamento das escolas demandou que as famílias possuísem equipamentos tecnológicos, acesso à internet e dispositivos, aumentando o abismo entre as populações que não dispõem desses recursos.

Segundo pesquisa realizada pelo UNICEF durante a pandemia, cerca de 5,5 milhões de estudantes tiveram seu direito à educação negado em 2020 e que 3,8% dos estudantes entre 6 e 17 anos abandonaram as unidades de ensino. Com os vínculos escolares fragilizados, sem condições de acompanhar as atividades remotas, crianças e adolescentes de todo o país ainda se viram impactados pelo medo, a incerteza e a insegurança que assolaram esse período. Soma-se a esse contexto a fragilização das políticas de proteção social nos territórios.

O encerramento de atividades econômicas durante a vigência das medidas de prevenção à Covid-19 elevou o desemprego, que hoje atinge cerca de 11,3 milhões de brasileiros, segundo o IBGE¹⁵.

Em abril de 2022, o Boletim Covid da Prefeitura de Marabá registrava 24.141 casos confirmados, 23.598 pacientes recuperados e 531 óbitos no município.

Com a redução da renda familiar, houve aumento também de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. De acordo com dados da Fundação

Abrinq, o trabalho infantil entre adolescentes de 14 a 17 anos chegou a 1,3 milhão no quarto trimestre de 2021. O número representa um aumento de 317,378 mil pessoas em relação ao mesmo período do ano anterior.

Acompanhamos esse conjunto de violações de direitos se ampliarem durante a pandemia na vida das crianças e adolescentes que frequentam a Estação Conhecimento de Marabá. Admitimos que, a despeito do esforço coletivo realizado

Em 2020, o Brasil regressou ao Mapa da Fome e, em 2022, 33 milhões de brasileiros foram identificados vivendo sob algum nível de insegurança alimentar e nutricional¹⁴.

¹⁴ Disponível em: www.olheparaafome.com.br

¹⁵ Dados do primeiro semestre de 2022/ IBGE.

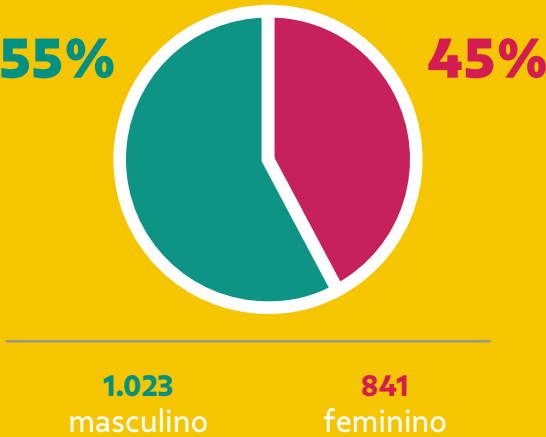
para assegurar vínculo e contato com as famílias, mantendo as atividades educativas e o acompanhamento de cada uma delas, o período deixou marcas que ainda buscamos superar na retomada do atendimento presencial.

Direito à educação: tarefa de todos

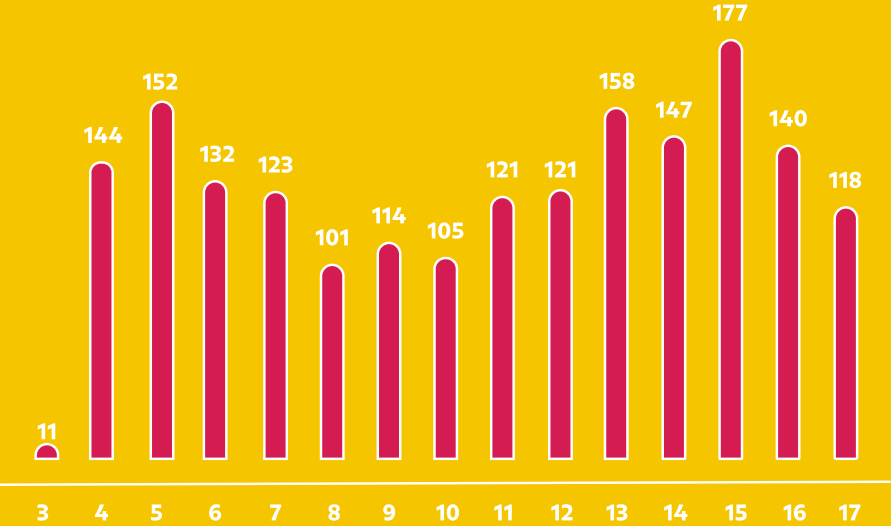
Como organização social voltada ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a EC Marabá cumpre um papel fundamental no fortalecimento da rede de proteção local, assim como no desenho e implementação de estratégias que possam garantir que meninos e meninas estejam, permaneçam e aprendam na escola.

Atuando de forma articulada ao projeto Territórios em Rede, iniciativa da Fundação Vale responsável pela Busca Ativa de estudantes fora da escola ou em risco de evasão, a EC compromete-se com o direito à educação de todos e todas. Dados do projeto coletados até março de 2022 indicam 1854 estudantes fora da escola ou em risco de evasão. Desses, 610 estavam fora da escola e 1.254 encontravam-se em risco de evasão.

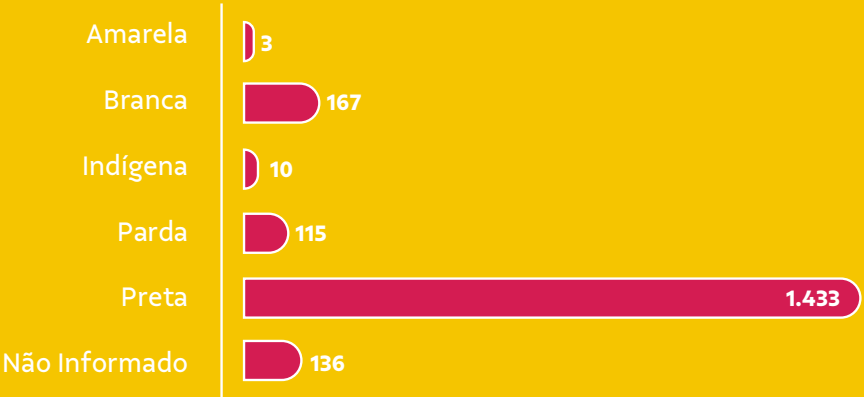
Sexo



Idade



Raça



Dentre as características das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, destacam-se que 65% das famílias recebem algum benefício social e apenas 7,9% dos responsáveis trabalham com carteira assinada, evidenciando a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Rede Socioassistencial

A rede socioassistencial de Marabá é composta por um conjunto de equipamentos públicos ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários (Seaspac) e regidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a garantia e promoção da proteção social. Os Conselhos Tutelares também são de responsabilidade desse órgão. No Brasil, a política divide-se em proteção básica e especial. Compõem essa rede os seguintes equipamentos no município de Marabá para execução da Política de Assistência Social:

Proteção Social Básica	Proteção Social Especial
Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) – Amapá e CRAS da 13 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Espaço de Acolhimento Provisório (EAP) Centro Integrado da Pessoa Idosa “Antônio Rodrigues” (CIPIAR) Centro POP (Acolhimento Provisório para Pessoa Adulta em Situação de Rua) e Plantão Social da Seaspac Espaço de Acolhimento para Refugiados Waraos em Marabá

Os conselhos de direitos são parte dessa rede socioassistencial e cumprem o papel de formular, supervisionar, controlar e avaliar a execução das políticas públicas, exercendo o controle social. A Estação Conhecimento Marabá faz parte como representante da sociedade, exercendo um papel importante de articulação nessa rede, dos quatro primeiros, dentre os cinco conselhos existentes no município:

- Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS;
- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Casa do Conselhos;
- Conselho Municipal Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDDPD/Casa do Conselhos;
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI;
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher de Marabá (Condim);

Por fim, às organizações da sociedade civil ligadas a política da Assistência Social também integram essa rede.

Controle Social

Os Conselhos de direitos são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos e podem ser caracterizados como paritários pois, na maior parte das vezes, possuem 50% de representantes do poder executivo e 50% da sociedade civil. De natureza deliberativa, os Conselhos têm como objetivo formular, supervisionar, controlar e avaliar a execução das políticas públicas, em âmbito federal, estadual e municipal.

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência

Em 2017, a Secretaria Nacional de Juventude, órgão da Secretaria de Governo da Presidência da República, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), publicou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (IVJ 2017).

O IVJ é baseado em dados relativos a importantes dimensões na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como a frequência escolar, a escolaridade, a inserção no mercado de trabalho, a mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito e a proporção de pessoas com baixo rendimento.

O relatório do IVJ classifica todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição do contingente juvenil à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico do município de residência desses jovens. Nesse sentido, o IVJ consiste em um importante instrumento de análise das condições de vida da população jovem, municiando os gestores e formuladores de políticas públicas de informações capazes de aumentar a eficiência de suas ações.

Dentre os 304 municípios brasileiros analisados (então com mais de 100 mil habitantes), Marabá ficou na 25ª colocação no ranking de maior vulnerabilidade juvenil à violência.

No estado do Pará, quinze municípios foram analisados, e Marabá ocupou a quinta colocação, atrás de Altamira, Marituba, Ananindeua e Parauapebas.

De acordo com o índice atribuído, a unidade da Federação e os municípios são classificados em uma das cinco faixas de vulnerabilidade juvenil à violência propostas: muito alta, alta, média, médio-baixa e baixa.

Os quatro municípios paraenses à frente foram classificados na faixa de vulnerabilidade muito alta, enquanto Marabá ficou na faixa de vulnerabilidade alta.

O risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco no Pará, em 2015, foi de 4,21, o que significa que o número de jovens mortos por homicídio foi 4,21 vezes maior que o de brancos. O Pará tem o nono maior risco entre as 27 unidades da Federação. Na média do país, esse risco é de 2,7. O IVJ considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Os dados utilizados no cálculo do IVJ 2017 têm como base o ano de 2015.

Cultura e Lazer

A cidade de Marabá é fruto de uma miscigenação de culturas e povos e carrega em sua identidade as marcas dessa diversidade. Na gastronomia, as iguarias mais conhecidas são o pato no tucupi, a maniçoba, o caruru, o vatapá, a panelada, o açaí com peixe assado na telha, ou açaí com carne de sol. As frutas nativas da região são peculiares, como o bacuri, jambo, cupuaçu (apelidado carinhosamente de “cupu”), bacabá, patuá que têm uma polpa leitosa e branca e são deliciosas para fazer sorvetes e sucos e, por fim, o nacionalmente conhecido, açaí. Somado a essa variedade, a Castanha-do-Pará é uma oleaginosa mundialmente conhecida e todas essas iguarias compõem as cores e sabores da gastronomia marabaense.

O artesanato destaca-se pelas peças utilizadas na extração da Castanha-do-Pará feitos da palha de uma palmeira como o abano, o boi de fogo, o cofo de palha, a cuia, o cachimbo, a espingarda, o facão, a lata de fumo, a panela de ferro, o pão de queijo comum e o pão de mel, entre outros.

As festas e principais celebrações do município são: o Carnaval, o Torneio de Pesca e Solte, Exposição de Orquídeas, Exposição Agropecuária de Marabá (Expoama), Festividade do Santo Padroeiro São Félix de Valois, Festival de Carimbó, Boi-bumbá, Quadrilha de São João, Festa do Divino Espírito Santo e o aniversário da cidade.

No município há diversos espaços públicos para lazer, a Praça São Félix de Valois, no bairro Marabá Pioneira, é um deles. Localizada próxima à orla do Rio Tocantins e em Itacaiúnas, essa praça é um espaço de lazer por conta dos novos pontos de iluminação, jardinagem, a fonte luminosa, dois parquinhos com acessibilidade, um deles para crianças menores de 6 anos, equipamentos de ginástica, e ainda, onze pontos de acessibilidade com rampas.

Em frente a esta praça, há uma pista de caminhada que segue pela orla do rio Tocantins e termina encontro com o rio Itacaiunas formando o famoso Y, onde há um mirante que a população admira a paisagem ao longo do dia e principalmente o pôr do sol. Essa região é bastante frequentada, principalmente nos finais de semana.

Nos arredores da Praça São Félix de Valois estão localizadas as edificações do patrimônio cultural do município como a Biblioteca Mário Lobo, a Igreja de São Félix de Valois e o Prédio Augusto Dias, que abriga o Museu Francisco Coelho, inaugurado em 2020, com sede no Palacete Augusto Dias. Outro importante patrimônio cultural da cidade é a Fundação Casa de Cultura de Marabá, cujas instalações ficam no bairro Nova Marabá.



Praça São Félix de Valois e o Rio Tocantins vistos de cima
(Créditos: reprodução/ Samuel Nascimento (Semma))

Outros equipamentos e espaços públicos compõem o itinerário para lazer ao ar-livre como: a Praça Duque de Caxias, a Praça São Francisco, a Praça Monsenhor Jorge, a Praia do Geladinho, a Praia do Tucunaré, Pesque e Pague e Balneário das Duas Castanheiras, Praia São Félix (Rampa São Félix), Praia de Lençóis, o Parque de Exposições Agropecuária de Marabá, o Estádio de Futebol Zinho de Oliveira, o Ginásio Poliesportivo Renato Veloso.

Como espaço de diversão e cultura há o Casarão Eventos e o Stop Todde. Duas salas de cinema, o Movie Cinemas em Nova Marabá e a sala Cinea, localizada no Shopping Verdes Mares. E a cidade conta com três emissoras de rádio e cinco emissoras de televisão.

Como espaços de lazer e recreação com a natureza há às Unidades de Conservação e Similares como a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Floresta Nacional do Itacaiúnas e o Parque Zoobotânico de Marabá.

Junho em Marabá

O Festejo Junino de Marabá acontece anualmente. Este evento foi tombado como patrimônio pelo Estado do Pará, pela Lei Nº 5.556/2011. Sua festividade é também composta pelas competições juninas dos grupos A e B, mirim e o Boi Bumbá e “as quadrilhas sempre apresentam temas que são elaborados e executados em consonância com as coreografias e figurinos, um trabalho intenso de pesquisa e experimentações” (PMMarabá, 2022).

Em 2016, foi a primeira participação da quadrilha “Balão de Chita” da EC Marabá e, em 2019, participando do Grupo B, ela conquistou o primeiro lugar, passando para o Grupo A. Durante os anos de 2020 e 21 o festival foi suspenso e, em 2022, com muita expectativa dos munícipes, a Prefeitura de Marabá, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) e em conjunto com a Liga Cultural de Marabá, realizou o 35º Festejo Junino no final de junho de 2022.



O evento aconteceu durante nove dias, segundo programação oficial da Liga Cultural de Marabá e as apresentações ocorreram na Arena Junina, praça do bairro Santa Rosa na Orla da cidade. Nove quadrilhas juninas do grupo A, mais oito de grupo B, dez quadrilhas mirins e mais oito grupos de Bois-Bumbá, além de atrações musicais e comidas típicas integraram o evento.

A EC Marabá marcou sua presença com a quadrilha Balão de Chita formada majoritariamente pelos jovens educandos, a única com brincantes nessa faixa etária e, além disso, é a maior de Marabá, composta por 32 pares. A temática contou a história de amor de João e Rosinha, celebrou a volta do festejo junino depois de dois anos de pandemia, homenageando todas as juninas de Marabá.

Como forma de reconhecimento do esforço, dedicação e valorização do trabalho de todas as agremiações, ficou decidido que todas as juninas eram campeãs e, na última noite do festejo, voltaram a se apresentar¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <https://maraba.pa.gov.br/festejo-junino-encerramento/>





A Estação Conhecimento de Marabá

A Estação Conhecimento (Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico – NDHE) foi inaugurada em setembro de 2009, no bairro São Félix, em Marabá, e ainda em obras, em dezembro de 2010, o atendimento foi iniciado com o intuito de formar crianças e adolescentes nas modalidades Atletismo e Futebol de Campo para os Jogos Olímpicos que aconteceriam no Brasil em 2016.

Em 2013, ao deparar-se com as vulnerabilidades do município, a Estação Conhecimento passou a atuar como um equipamento vinculado à assistência social, ampliando sua abordagem para uma perspectiva de inclusão e proteção social, por meio de uma parceria com o Lar Fabiano de Cristo (LFC), instituição que tem como missão “desenvolver Proteção Social e Educação Transformadora, contribuindo para construção de um mundo melhor”.

Em diálogo com os desafios e oportunidades conferidos pelo território do entorno, no mesmo ano foi implantado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), adaptando metodologias, formatos e conteúdos das oficinas socioeducativas, dando início às atividades de atendimento às famílias.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

Em 2013, iniciou-se no Brasil a implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) cujo objetivo é fortalecer as relações familiares e comunitárias, e promover a integração e a troca de experiências, valorizando o sentido de vida coletiva.

De caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários do SUAS, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, desde 2013 a Estação Conhecimento passa a ser uma organização social implementadora deste trabalho.

Em 2014 foi comemorado o aniversário do primeiro ano de funcionamento das atividades socioassistenciais. No ano seguinte, a EC realizou o projeto “A África Está em Nós” em comemoração ao dia da Consciência Negra, cujo espetáculo compõe o repertório cultural da EC desde então.

No ano de 2016, foi promovido na EC Marabá o 1º Encontro Esportivo das Estações Conhecimento do Norte (Arari-MA, Tucumã-PA e Marabá-PA) e também a criação da Banda de Música São Félix, um projeto cultural importante para os educandos. As atividades médico-odontológicas para o educandos e famílias foram iniciadas em 2017, as instalações foram ampliadas em 2018 com a inauguração da Quadra Poliesportiva, ano que foi promovido 2º Encontro Esportivo das Estações Conhecimento do Norte em Arari (MA) e, nessa ocasião, os educandos da EC Marabá viajaram de trem até a cidade.

Em 2019, a EC conquistou o 1º lugar do Festejo Junino do Município de Marabá com a Quadrilha Balão de Chita, formada majoritariamente por jovens educan-

dos. Entre os anos de 2020 e 2021, as atividades presenciais foram suspensas, e a equipe adotou medidas para garantir o atendimento remoto aos educandos e famílias, seguindo os protocolos de prevenção à Covid-19.

No final do primeiro semestre de 2021, encerrou-se, após nove anos, a parceria com o Lar Fabiano de Cristo e, a partir de uma nova proposta de atuação e da revisão do Projeto Político Pedagógico da Estação Conhecimento Marabá, as concepções de Educação Integral e Território Educativo passaram a compor as diretrizes de atuação do equipamento.

Após um longo processo de investigação e experimentação, iniciamos o ano de 2022 reorientando nossa oferta educativa, compartilhando conhecimentos e saberes entre os representantes da equipe e potencializando a qualidade dos serviços ofertados.



Rede de Estações, Rede de Conhecimento

A Fundação Vale mantém mais quatro Estações de Conhecimentos em seus territórios de atuação. Uma delas é a EC Tucumã, localizada no município paraense e com trajetória compartilhada ao longo dos anos com a EC Marabá. Há outra no Maranhão, conhecida como EC Arari; e duas na região sudeste, a EC Brumadinho (MG) e a EC Serra (ES). Além de trocas cotidianas entre as equipes, desde 2018, essa rede se reúne para compartilhar desafios e soluções no chamado LabEC, espaço de formação continuada que visa fortalecer as ECs como rede de inovação pedagógica.

Ao longo da revisão e elaboração deste Projeto Político Pedagógico, as equipes da EC Marabá foram estabelecendo o território como elemento central para sua oferta socioeducativa. Durante a pesquisa e investigação que norteou as definições apresentadas por este PPP, foi possível firmar a importância de se conhecer o perfil, as trajetórias, interesses, hábitos e condições em que vivem as crianças e adolescentes, assim como as famílias atendidas.

Esse processo de contextualização, em que os educandos e o território assumem centralidade, orienta um trabalho formativo com significado, pertinência e relevância tanto para os sujeitos envolvidos, quanto para quem o desenvolve.

Além disso, esse olhar para o território nos possibilita articular o que fazemos com uma diversidade de oportunidades educativas – expressas através de lugares, instituições e pessoas –, ampliando os tempos, linguagens, espaços e agentes e fortalecendo uma rede de aprendizagem local, ou seja, um Território Educativo.

Para que isso se materialize, incorporamos o mapeamento participativo, mapeamento afetivo e as trilhas pedagógicas como ferramentas metodológicas capazes de apoiar essa integração com o território de forma participativa e dialogada.

Ainda, buscando extrapolar os muros e fomentando que nossos educandos e educandas sejam protagonistas, cidadãos ativos, críticos e conscientes e, ao mesmo tempo, autônomos, a EC entende que é seu papel facilitar e incentivar que desenvolvam ações individuais e coletivas nas comunidades, sendo propositivos em relação ao desenvolvimento local e às transformações que tornem o bairro São Félix e, por consequência, Marabá, um lugar melhor para se viver.

Pautados por uma intencionalidade comum, compreendemos que este PPP deve buscar ampliar o trabalho em rede que a EC Marabá já realizava, garantindo estratégias que articulem políticas e serviços do município em prol do desenvolvimento e proteção integral das crianças, adolescentes, famílias e comunidades com as quais atuamos.



Rampa São Félix – Atividade Trilha Pedagógica com equipe da Estação Conhecimento Marabá 2022

Aconteceu na EC Marabá

As ferramentas de mapeamento foram testadas ao longo da pesquisa-ação que culmina neste documento. Com a equipe de colaboradores da instituição foi realizada uma caminhada de observação ativa no território do entorno da EC. Além disso, foram planejadas atividades com um grupo de mães e responsáveis e com os educandos.

Para promover essa sensibilização da equipe, a estratégia utilizada foi a execução de uma trilha pedagógica com todos os colaboradores no bairro São Félix. Essa atividade foi muito potente para ampliar o olhar de todos para as demandas e sensibilidades do território. Muitos pontos observados serviram como norteadores de ações futuras, como é o caso da revitalização de ambientes de lazer do bairro e a arborização, ação que poderá ser executada pela EC em diálogo com a comunidade e com apoio de entidades locais e governamentais.

Perfil do público atendido

Faz parte do trabalho da EC Marabá estudar e conhecer o seu público. Dados como local de moradia dos educandos, a distância percorrida até a EC, bairros em que vivem, condições de infraestrutura e hábitos familiares são importantes para contextualizar as ações institucionais. Dados de gênero, faixa etária e cor/raça também são balizadores dos processos de gestão, das práticas educativas e de atendimento psicossocial empreendido pelo equipamento.



Rua próxima a Estação Conhecimento Marabá
Crédito: João Rafael – educando da Oficina de Fotografia EC Marabá – abril de 2022

Até junho de 2022, a EC Marabá possuía 511 educandos e educandas de 4 a 17 anos matriculados, 30 jovens (18 a 24 anos), 9 adultos (25 a 59 anos) e 62 idosos (60 anos ou mais), totalizando 612 pessoas. Desse total, 46,4% são do gênero masculino e 53,6% do gênero feminino.

Faixa etária x gênero	TOTAL		FEMININO		MASCULINO	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
De 04 a 10 anos	207	33,8	94	15,4	113	18,5
De 11 a 17 anos	304	49,7	163	26,6	141	23,0
De 18 a 24 anos	30	4,9	21	3,4	9	1,5
De 25 a 59 anos	9	1,5	8	1,3	1	0,2
De 60 anos e mais	62	10,1	42	6,9	20	3,3
TOTAL	612	100	328	53,6	284	46,4

Fonte: Cadastro Atendidos Frequentes. EC Marabá, junho, 2022

A faixa etária está organizada conforme os agrupamentos das atividades pedagógicas oferecidas: 4 a 10 anos com 33,8% do total, 11 a 17 anos, a maior parte, representados por 49,7% dos educandos, 18 a 24 anos (4,9%), 25 a 59 anos (1,5%) e 60 anos ou mais (10,1%).

Os dados de cor e raça são preenchidos no ato da matrícula e seguem as definições do IBGE: amarela, indígena, branca, preta, parda. Na EC Marabá, 62,3% dos educandos são negros (8,8% são pretos e 53,4% são pardos), os brancos somam 8%, amarelos totalizam 0,7% e apenas 1 se autodeclara indígena (0,2%). Aproximadamente 28,9% optou por não fornecer essa informação.

Esses dados corroboram a importância de uma educação para as relações étnico-raciais que seja transversal às práticas de gestão e práticas pedagógicas da EC e contribua para diminuir a quantidade de famílias/educandos que escolhem não preencher a declaração de cor e raça no ato da matrícula.

Cor/Raça	TOTAL	
	Abs.	%
Preta	54	8,8
Parda	327	53,4
Indígena	1	0,2
Branca	49	8,0
Amarela	4	0,7
Não informado	177	28,9
TOTAL	612	100

Fonte: Cadastro Atendidos Frequentes. EC Marabá, jun., 2022.

Segundo o levantamento do perfil socioeconômico das famílias (fevereiro de 2022), dentre as 230 famílias atendidas na época, 25% estavam em situação de extrema pobreza e 18% eram pobres, ou seja, quase metade das famílias atendidas pela EC Marabá estão em situação de alta vulnerabilidade social.

Perfil Socioeconômico		
Classificação	Famílias Atendidas	%
Extrema Pobreza	57	25%
Pobreza	41	18%
Baixa Renda	127	55%
Outras faixas	5	2%
TOTAL	230	100%

Ainda sobre esse total de famílias atendidas pela EC Marabá, 53% recebiam o Auxílio Brasil, 78% estavam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), 5% o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 100% moravam em zona urbana.

A EC Marabá atende educandos e educandas de todo o município, contudo, os educandos matriculados se concentram nos bairros mais próximos à EC: Residencial Tocantins (50,7%) e São Félix Pioneiro, I, II e III (27,6%), Residencial Magalhães (5,4%) e Novo Progresso (3,3%), somando 86,9% dos educandos num raio de até 3 km da Estação.

Bairros dos educandos	TOTAL	
	Abs.	%
Residencial Tocantins	310	50,7%
São Félix (Pioneiro, I, II e III)	169	27,6%
Residencial Magalhaes	33	5,4%
Novo Progresso	20	3,3%
Outros Bairros	80	13,1%
TOTAL	612	100%

Escolas dos educandos

Os educandos da EC Marabá são majoritariamente provenientes de escolas do ensino público em todos os níveis. Ao todo, do total de 516 educandos matriculados na rede escolar (junho de 2022), 99% provinha de escolas públicas.

Frequentam, ao todo, 30 escolas de Marabá, sendo 27 públicas e 3 particulares. São 5 Núcleos de Educação Infantil, 19 escolas de Ensino Fundamental, 3 Escolas de Ensino Médio e 3 escolas particulares. As mais próximas da EC Marabá são 9, destacadas no quadro a seguir:

Escolas do ensino público e privado dos educandos e educandas da EC Marabá			
Educação Infantil (5 unidades)	Ensino Fundamental (19 unidades)	Ensino Médio (3 unidades)	Escolas particulares (3 unidades)
N.E.I. Carlos Drummond De Andrade	E.M.E.F. Evandro Dos Santos Viana	E.E.E.M. Dr. Gabriel Sales Pimenta	Colégio Dom Bosco
N.E.I. Magalhães Barata	E.M.E.F. Francisca De Oliveira Lima	E.E.E.M. O Pequeno Príncipe	Colégio Militar Rios
N.E.I. Maria Barbosa	E.M.E.F. Jarbas Gonçalves Passarinho	E.E.E.M. Walquise Viana Da Silveira	Escola Educacional Geração
N.E.I. Tarsila Do Amaral	E.M.E.F. José Mendonça Vergolino		
N.E.I. Olavo Bilac	E.M.E.F. Julieta Gomes Leitão		
	E.M.E.F. Pequeno Pajé		
	E.M.E.F. Profª Maria Luzia De Oliveira		
	E.M.E.F. Profª Oneide De Souza Tavares		
	E.M.E.F. Profº José Flavio Alves E Lima		
	E.M.E.F. Salomé Carvalho		
	E.M.E.F. São Félix		
	E.M.E.F. Tereza Deodato		

	E.M.E.F. Walquise Viana Da Silveira		
	E.M.E.F. Duque De Caxias		
	E.M.E.F. Nossa Senhora De Fátima		
	E.M.E.F. O Pequeno Príncipe		
	E.M.E.F. Pedro Peres Fortinele		
	E.M.E.F. Professor Jonathas Pontes Athias		
	E.M.E.F. Maria Rosa Domingues		

Acesso dos educandos à Estação Conhecimento

O mapeamento realizado para elaboração deste documento resultou na identificação de que o transporte público no bairro onde a EC está situada é muito precário, quase inexistente. Grande parte das crianças e adolescentes atendidos, portanto, chegam a pé à instituição.

Com o direito à mobilidade reduzido, o acesso aos serviços e oportunidades do município fica restrito àquelas famílias que conseguem transitar pelos territórios usando formas privadas de locomoção, como carros e motos. Para a população atendida pela EC, caracterizada pela baixa renda, essa condição configura-se como uma barreira para o pleno exercício da cidadania.

Um exemplo disso é a localização do CRAS III, Rua Sebastião da Rocha, no bairro Morada Nova, que é distante da EC, sendo um dos últimos bairros da extensão municipal. A sua área de abrangência inclui o Núcleo São Félix e é difícil seu acesso para pedestres ou ciclistas. Por este motivo, muitas das orientações em relação a benefícios e direitos sociais são buscadas pela população na própria EC, que se responsabiliza em encaminhar as demandas aos órgãos competentes.

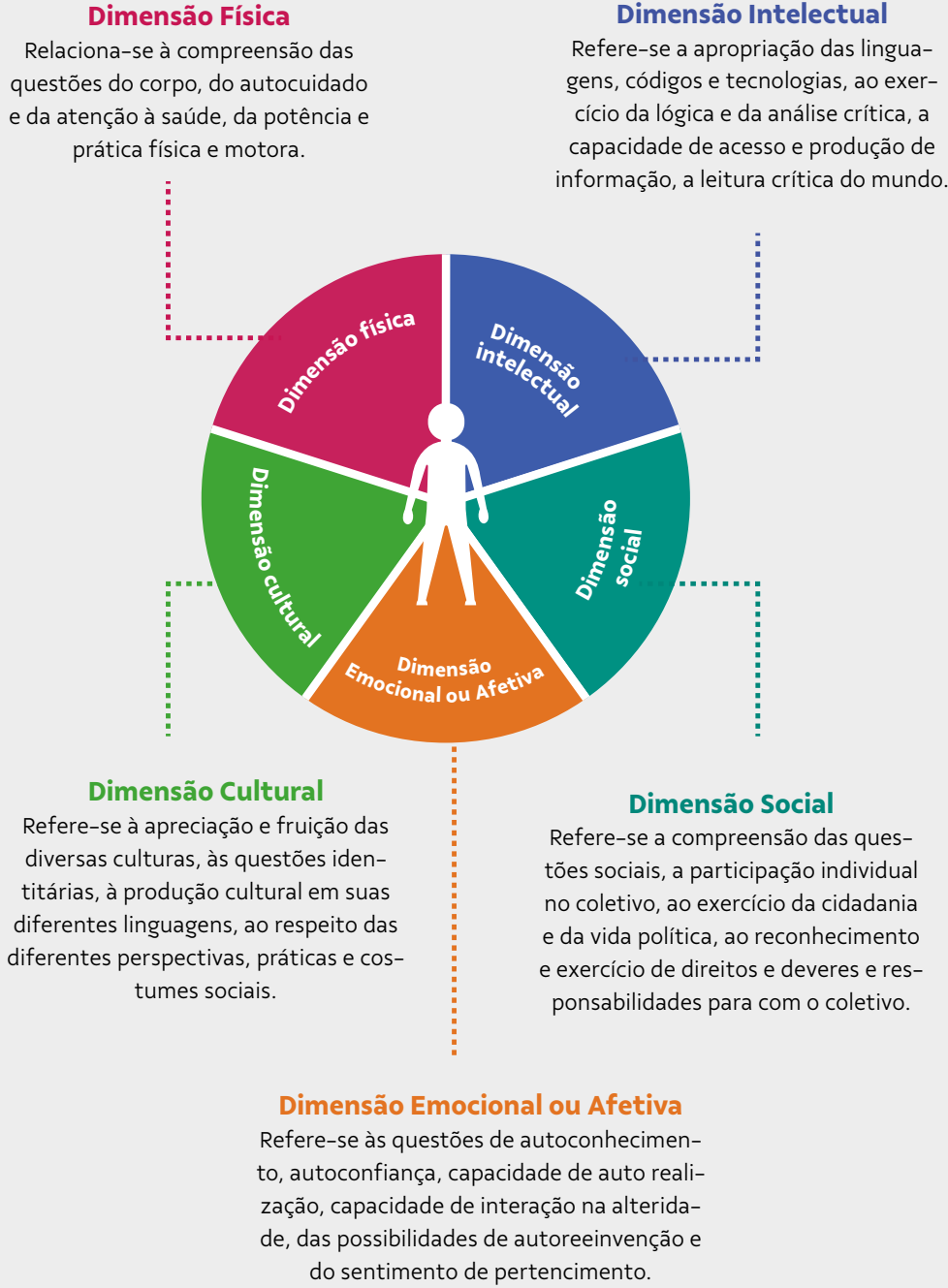
Fundamentos e Concepções orientadoras

Como marcos conceituais que alicerçam os programas, projetos e atividades, bem como as práticas de gestão e institucionais exercidas pela EC Marabá, reconhecemos o território e a cultura como elementos transversais a este Projeto Político Pedagógico. Os demais fundamentos que pautam nossos fazeres são:

Educação integral

A Educação Integral compreende que a educação deve favorecer o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Além disso, preconiza que a educação é um processo que ocorre ao longo da vida e que há muitas formas, tempos e lugares de aprender.

Com uma longa trajetória em políticas públicas, projetos, experiências e pesquisas, a Educação Integral assume como princípios a Contemporaneidade, a Inclusão, a Equidade e a Sustentabilidade.



(Currículo e educação integral na prática: Uma referência para estados e municípios, Caderno 1. p.27, 2019)

Território Educativo

Um Território Educativo é aquele que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de crianças, jovens, adultos e idosos¹⁷.

Para que se constitua como tal, é necessário um projeto educativo comum criado pelas pessoas do lugar. Além disso, um Território Educativo agrega escolas que reconhecem seu papel transformador e que entendem a cidade como espaço de aprendizado. Do ponto de vista das aprendizagens, ele multiplica as oportunidades educativas, conectando instituições, espaços, pessoas e saberes em prol do desenvolvimento local e dos indivíduos. Por fim, articula diferentes setores – educação, saúde, cultura, assistência social – para garantir os direitos fundamentais de sua população.

Nesse sentido, a Estação Conhecimento se reconhece como agente capaz de fortalecer Marabá como Território Educativo. Enquanto organização da sociedade civil que compõe o ecossistema local de instituições de direitos, a EC já desenvolve um trabalho em rede com foco nas crianças, adolescentes e famílias. Em diálogo com os demais atores, busca não apenas mediar as demandas imediatas como, sobretudo, influenciar as políticas públicas.

Em sua proposta formativa, a partir deste PPP, a EC passa a organizar seu fazer educativo a partir das questões sociais e culturais do território, desenvolvendo projetos e práticas que o assumam como central. Também se engaja, a partir da investigação e pesquisa que alicerçam este documento, em processos que sejam mais participativos e que promovam a escuta e o protagonismo das crianças e adolescentes com quem atua.

¹⁷ Fonte: Território Educativo – link: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>

Educador como mediador

A EC Marabá compromete-se com uma mudança na relação do educador com o educando, que passa a atuar como mediador do processo de ensino-aprendizagem, planejando e implementando atividades que conectam as diversas áreas do conhecimento e os saberes do território, que promovem a participação e a escuta ativa do estudante, a autoria e autonomia, respeitando as diferentes formas de aprender.

Ambiência e espaços educadores

A forma como se concebem os espaços pedagógicos pode contribuir e apoiar as relações e interações educativas. Quando pensado e planejado como mais um agente educativo, o espaço é mediador, é fonte de experiências e produz uma relação direta com a aprendizagem para e com as crianças e adolescentes.

Um espaço acolhedor, criativo, lúdico, diverso, que instiga a colaboração, a investigação e a produção de conhecimento tende a produzir relações mais cooperativas e participativas, fortalecendo a noção de pertencimento e cuidado consigo e com o Outro.

Identificar-se com os espaços e, ao mesmo tempo, desvendar as possibilidades que ele oferece fomenta a curiosidade e o desejo de saber. Para isso, os espaços precisam ser multifuncionais e dinâmicos, potencializando o trabalho do educador e da educadora.

Salas de leitura podem servir para outras atividades, assim como a leitura pode ser realizada no pátio, sob as árvores, em roda. As quadras poliesportivas servem também para acolher jogos e brincadeiras, enquanto as salas podem abrigar a mostra de filmes e fotos dos educandos.

Considerando a infraestrutura qualificada da EC Marabá, em comparação com os demais equipamentos do território, acreditamos que é preciso construir uma

cultura de cuidado e zelo, na qual todos se responsabilizam pelos espaços e objetos – que são de todos.

A forma como os educadores organizam e preparam esses diferentes espaços, os materiais escolhidos e as formas como os educandos e adultos os ocupam e interagem tornam-se elementos reveladores de uma proposta pedagógica integradora.

“Não precisamos de sala, precisamos de gente. Não precisamos de prédio, precisamos de espaços de aprendizado. Não precisamos de livros, precisamos ter todos os instrumentos possíveis que levem o menino a aprender.”

Tião Rocha, educador e fundador do CPCD.

Ação intersetorial

Ao pensar nos desafios impostos pelas demandas de desenvolvimento integral de um indivíduo, é possível afirmar que nenhum equipamento dá conta de endereçar de forma isolada as questões que emergem desse processo. Diante da complexidade que envolve o pleno desenvolvimento humano, seria um equívoco depositar na escola ou na própria Estação Conhecimento o monopólio da responsabilidade pela formação dos sujeitos.

Central na produção de conhecimento e no desenvolvimento das relações, trocas e encontros, a escola tem seu trabalho pedagógico potencializado quando articulado a uma rede de aprendizagem e proteção social. Por outro lado, as práticas das instituições que atuam de forma complementar à escola – como é o caso da Estação Conhecimento – se fortalecem quando associadas ao trabalho pedagógico escolar.

Há ainda um conjunto de políticas de moradia, saúde, assistência social, trabalho e geração de renda, segurança pública, entre outras, que perfazem a vida

nos territórios e são estruturantes no cotidiano das famílias, sobretudo, as mais pobres e mais vulnerabilizadas.

Nesse sentido, mais do que atuar de forma setorial e fragmentada, é preciso alinhar e articular os equipamentos que integram a rede de proteção e o sistema de garantia de direitos, em especial de crianças e adolescentes, para que busquem soluções conjuntas e compartilhadas, a fim de garantir os direitos.

Um dos pontos fortes da intersectorialidade na EC materializa-se a partir do atendimento psicossocial das famílias. Além de visitas domiciliares, acompanhamento e mediação das questões, essa equipe multidisciplinar formada por psicólogo (a), pedagogos (as), assistentes sociais, nutricionista, médico (a), dentista, auxiliar de atendimento bucal e terapeuta ocupacional conhece o contexto de vida dos educandos e educandas e produz informações que subsidiam e orientam o planejamento das atividades educativas.

Hoje, a partir de uma postura ativa nessa rede de Marabá, a EC busca estabelecer diálogos e parcerias constantes com escolas, secretarias, outras OSCs, famílias e as comunidades a fim de enfrentar os desafios educacionais e sociais compartilhados pelo município.

Marcos legais

Para que o trabalho desenvolvido na Estação Conhecimento de Marabá se concretize no cotidiano, é essencial observar que ele se fundamenta em um conjunto de marcos legais e dispositivos que versam sobre os direitos sociais no Brasil, em especial os direitos de crianças e adolescentes.

Não obstante, precisamos ressaltar que a concepção que sustenta esses direitos como os conhecemos hoje é resultado de diversas e profundas mudanças relacionadas a fatores históricos, disputas políticas e à própria noção de infância que marca cada período.

A seguir estão destacados os principais marcos legais que a EC Marabá considera importantes para a execução do seu trabalho:

1988 – Constituição Federal garante a educação como direito em seu Art. 6, e o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no Art. 205.

1988 – Lei Pelé (Lei nº 9615/88) regulamenta por meio do Art. 1 e 2 que o desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei. Inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito, dispõe ainda que a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

1990 – O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) assegura o direito à vida em todas as dimensões às crianças e adolescentes. Destaque para o Art. 53 que estabelece que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa”.

1990 – A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/90) institui o Conselho Nacional de Assistência Social e, entre os objetivos, estabelece a proteção à infância e à adolescência e a defesa de direitos.

1996 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconhece que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Além disso, reitera os princípios constitucionais e a ampliação da jornada escolar do Ensino Fundamental para o regime de tempo integral (art. 34).

2003 – Lei que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, indígena (Lei nº 10639/2003) e alterou o Art. 26 da LDB/1996. Foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008, Art. 1: “O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”.

2003 – O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) é a legislação que visa garantir os direitos assegurados a pessoas com idade igual ou maior de 60 anos. Destaque para o Art. 3: “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

2006 – A Lei Incentivo do Esporte (Lei nº 11.438/06) que permite que recursos provenientes de renúncia fiscal sejam aplicados em projetos das diversas manifestações desportivas e paradesportivas distribuídos por todo o território nacional. São patrocinados os projetos executados que atendem crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, além de garantir o suporte necessário para que os atletas de alto rendimento possam participar e representar o Brasil em competições nacionais e internacionais.

2006 – Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006) que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do Artigo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

2013 – Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) que dispõe sobre os direitos dos/as jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, compreendendo para efeito da Lei e diretrizes que os/as jovens são as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

2014 – O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) com vigência para o decênio 2014–2024 e fomenta a parceria entre escola e outros espaços e estabelece a Meta 6 para a educação em tempo integral.

2014 – O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) (Lei nº 13019/2014): trata-se de uma agenda política ampla, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil (OSCs) e suas relações de parceria com o Estado, na qual determina novas normas para as relações entre poder público e OSCs.

2015 – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) que é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadã.

2019 – Lei de combate à Homofobia – Projeto de Lei (PL nº 7582/14) que Criminaliza a homofobia e a transfobia considera crime hediondo o homicídio cometido contra lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexo e demais pessoas trans, como crime de discriminação e racismo, alterando o Artigo da Lei nº 7716/89 para “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Tais legislações embasam o trabalho cotidiano da EC, respaldando suas propostas e conectando-as ao ordenamento jurídico brasileiro no campo dos direitos. Além de expressarem os desdobramentos da Constituição Cidadã, esses dispo-

sitivos estruturam as políticas públicas necessárias para a redução das desigualdades e atenção aos mais vulnerabilizados, como é o caso do público marabaense que acessa o equipamento.

Como organização da sociedade civil, a EC vivencia o desafio de conectar em seu dia a dia as diferentes políticas setoriais, de modo que possam contribuir de maneira mais sistêmica para endereçar os desafios e demandas da população que precisa delas.

Em uma perspectiva intersetorial, nos comprometemos com a proteção de crianças e adolescentes da cidade de Marabá e atuamos para que sejam prioridade das ações do poder público e da sociedade.



Agenda 2030

Resultado de um debate internacional, que orienta os países do Sistema ONU a comprometerem-se com mudanças que impactem positivamente a vida no planeta, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ganham transversalidade e territorialidade nas ações da Estação Conhecimento Marabá.

Ao todo, são 17 postulados que buscam “promover ações para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” até 2030. Construídos para serem interdependentes e sistêmicos, os ODS contribuem para reafirmar a qualidade social do trabalho realizado pela EC e sua dimensão global, ao compor com ações que vêm sendo implementadas em todo o mundo, nos mais variados contextos.

A Estação Conhecimento Marabá atua diretamente territorializando alguns dessas ODS:



Missão, Visão e Valores

A partir deste PPP, a EC Marabá estabelece como Missão, Visão e Valores:

Missão

Garantir a proteção social e educação integral de educandos e famílias em situação de vulnerabilidade favorecendo o protagonismo, a formação cidadã, a diversidade, a inclusão e o desenvolvimento do território a partir dos seus programas.

Visão

Ser referência como equipamento social e educativo na articulação, promoção, proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes e suas famílias, incidindo no desenvolvimento do território.

Valores

- Respeito
- Cooperação
- Empatia
- Sustentabilidade
- Protagonismo



Diretrizes de atuação

A EC Marabá tem como premissa ser um espaço de educação e desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, bem como suas famílias e comunidade. Assume seu papel no sistema de garantia de direitos através de uma gestão democrática que assegure a seus educandos uma educação inclusiva, participativa e em constante diálogo com a comunidade.

Considerando o desenvolvimento integral de seus educandos, a EC Marabá compreende que o processo formativo deve garantir oportunidades e interações que favoreçam o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões: física, social, emocional, cultural e intelectual.

Buscando contribuir com o exercício da participação e do protagonismo de seus educandos, a EC apoia a construção de projetos de vida dos educandos, que levem em conta seu repertório prévio, as experiências vividas, os sonhos e os caminhos necessários para que se efetivem no campo pessoal, social e profissional.

Em diálogo com a escola e demais instituições e serviços dos territórios, a EC busca uma atuação intersetorial para que educandos e suas famílias tenham acesso à saúde, esporte, cultura, lazer, educação e ao convívio comunitário.

Diretrizes Pedagógicas

As diretrizes pedagógicas são um conjunto de orientações que pautam a oferta educativa e psicossocial da EC Marabá, garantindo o alinhamento entre as equipes, estabelecendo parâmetros para a avaliação do trabalho, além de configurar-se como compromisso firmado com educandos, famílias e comunidade.



Protagonismo dos educandos

- Realizar a escuta ativa das crianças e adolescentes no planejamento das práticas, estimulando a participação e o protagonismo.
- Proporcionar vivências para todos educandos e educandas, com clareza e linguagem acessível, que permitam o exercício criativo da participação para todos e todas.
- Utilizar dinâmicas e metodologias ativas, que estimulem a criatividade e o engajamento, e promovam a colaboração e a solidariedade entre educandos e educandas.

Ampliação do repertório

- Desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a produção individual e coletiva de conhecimento, promovendo a curiosidade, o raciocínio lógico, a investigação, a solução de problemas e o pensamento crítico.

- Fortalecer as capacidades de interpretação, argumentação e expressão dos educandos e educandas, tendo como base o respeito aos direitos humanos e às múltiplas diversidades.
- Promover o debate de temas contemporâneos com os educandos e educandas, estimulando uma atuação ativa na vida comunitária e uma participação responsável na transformação da sociedade.
- Acessar outras organizações locais para trocas de experiências, apoio e execução de práticas de participação, fortalecendo uma cultura de troca e compartilhamento de saberes.

Sociabilidade e cidadania

- Propiciar os espaços de diálogos com educandos para a promoção do direitos e a formação cidadã;
- Promover ações na comunidade para que o educando crie um senso de pertencimento, participação e responsabilidade na vida em comunidade.
- Zelar pelos espaços de maneira coletiva, corresponsabilizando-se pelo uso de objetos, materiais e equipamentos.

Inclusão

- Promover a convivência social pautada nos direitos humanos e no respeito e valorização das diversidades.
- Garantir acessibilidade e inclusão para pessoas com e sem deficiência em todos os espaços e atividades da Estação Conhecimento.
- Garantir que os espaços pedagógicos da EC sejam acolhedores, multifuncionais e criativos, potencializando formas de ocupação de sua infraestrutura.

- Organizar os espaços da EC de modo que colaborem para estimular a curiosidade, a exploração, a investigação, a imaginação e a produção de conhecimento de forma colaborativa.
- Desenvolver atividades pedagógicas para ampliação do conhecimento dos educandos acerca da pessoa com deficiência e o respeito às diversidades.
- Planejar práticas pedagógicas que contemplem as singularidades dos educandos e as múltiplas formas de aprender.

Consciência crítica e respeito ao meio ambiente

- Engajar os educandos para o reconhecimento das demandas ambientais do território de Marabá e do Pará.
- Promover práticas pautadas nos preceitos da educação ambiental contemporânea.
- Desenvolver ações que trabalhem temáticas globais e locais sobre o meio ambiente de forma crítica e reflexiva em todas as atividades ofertadas pela EC.
- Articular as práticas pedagógicas e ações institucionais à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.

Valorização do repertório cultural

- Garantir o acesso à cultura global e local através das atividades pedagógicas de música, teatro, dança, cinema, entre outras expressões e linguagens artísticas.
- Reconhecer e valorizar as culturas e os modos de vida das crianças, adolescentes, famílias e suas comunidades na realização das práticas da EC.
- Garantir que o repertório de jogos e brincadeiras, práticas esportivas, artísticas, tecnológicas e de comunicação realizadas na EC articulem expressões da

cultura afro-brasileira e indígena, com destaque para aquelas aquelas que caracterizam a região de Marabá e do Pará.

- Incentivar que as crianças e adolescentes se reconheçam como agentes culturais de suas comunidades e territórios, garantindo espaços de criação e expressão artística.

Dimensões da Educação Científica e Tecnológica

Uma correta perspectiva pedagógica seria aquela que nunca resvalasse a Ciência para uma posição de mitificação. Uma correta prática educativa desmistifica a ciência já na pré-escola.

Paulo Freire, 1984

Nossas crianças e jovens hoje têm acesso a uma enormidade de informações científicas que devem ser tratadas como oportunidade e alicerce para a construção de conhecimentos e desenvolvimento do pensamento científico e tecnológico. Eles passam horas diante de TVs e usando celulares, alguns ligados à internet e em redes sociais. Suas músicas e filmes são “baixados e arquivados na nuvem” e já tomaram, há muito, o lugar dos CDs e DVDs.

Em seus cotidianos convivem com vacinas, antibióticos, tomografias, fornos de micro-ondas, produtos biodegradáveis e alimentos sem gorduras trans. Os noticiários falam de epidemia viral, de fontes renováveis de energia, do aquecimento global, dos movimentos tectônicos responsáveis por abalos sísmicos, da busca de planetas semelhantes à Terra, de exames de DNA etc. Infelizmente, é comum

a percepção de que muitos ouvem, mas poucos sabem do que tratam essas notícias, assim como todos usam câmeras digitais, sem saber como operam, ou preferem telas de LED sem saber o que são Light Emitting Diodes.

Essa presença das tecnologias no cotidiano exige novos saberes, novas competências e diferentes aptidões mentais, emocionais e sociais que ampliem as possibilidades de inserção no mundo em constante alteração. Se há nesse cenário uma onda de expectativas de progresso e modernização, há, também, um risco grande de que aprofunde os processos de exclusão e, portanto, é imperativo que esse universo científico-tecnológico seja decodificado e compreendido e deve ser considerado ao se propor o que e como ensinar.

A educação, entre tantos desafios, precisa dar conta de propiciar uma inclusão científica e tecnológica que atenda às necessidades de nossos educandos. Como transformar práticas tradicionais de ensino, onde, em geral, as ciências são tratadas de for-

ma dogmática e positivista, em práticas investigativas, que proporcionem a construção de habilidades, comportamentos e valores indispensáveis à formação de um estudante crítico e racional, que seja capaz de julgar adequadamente as diferentes alternativas que são apresentadas e que possa pensar por si mesmo e buscar soluções aos problemas da vida cotidiana.

Precisamos, mais do nunca, despertar a curiosidade científica em nossos educandos e, ao mesmo tempo, estimular a força do pensamento rigoroso para se interpretar a realidade e transformá-la.

A curiosidade, quando transformada em motivação, se constitui em um motor para o desenvolvimento do desejo e da vontade de saber, de trabalhar junto, de aprender, de compartilhar e de descobrir.

Para tanto, precisamos de processos educativos de cunho investigativo, que ampliem as possibilidades de construção de comportamentos e valores indispensáveis à formação de indivíduos críticos, que sejam capazes de julgar adequadamente as diferentes alternativas que são apresentadas e que possam pensar por si mesmos e buscar soluções aos problemas da vida cotidiana.

Educação Científica Tecnológica

Uma educação científica tecnológica baseada em metodologias investigativas tem como princípio colocar estudantes e professores diante de problemas que desequilibrem suas concepções espontâneas e de senso comum para que elaborem explicações para os fenômenos, levantem e testem hipóteses, criem argumentos, recolham evidências, relacionem, refinem o processo de elaboração do saber usando as estratégias centrais da própria evolução da ciência e consigam ser protagonistas da própria aprendizagem. Não se trata, portanto, de incorporar as tecnologias nos processos educativos somente como meio, ou como suporte para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos estudantes, mas sim utilizá-las para que sejam construídos conhecimentos com e sobre o uso dessas tecnologias.

É sob essa perspectiva que a Estação Conhecimento estabelece as dimensões para a inclusão da educação científica e tecnológica. Partindo dos parâmetros que a Estação Conhecimento deve “atuar na promoção de direitos de crianças e adolescentes, com foco no fortalecimento de vínculos e proteção a vulnerabilidades sociais presentes no território”, foi pactuado o conceito de Educação Científica e Tecnológica que prevê a formação ampla para o desenvolvimento integral do estudante, de suas habilidades cognitivas e socioafetivas, de comu-

nicação e colaboração, de sua ética e de uma reflexão sobre valores que incluam o estudo crítico do contexto sociopolítico e econômico em que a ciência e a tecnologia são produzidas, disseminadas e aplicadas.

Para atender a este contexto, as propostas de intervenção educativas devem ser pautadas em metodologias ativas e estratégias inovadoras com o uso de equipamentos e materiais para que a EC assuma a cultura do aprender fazendo.

Diretrizes para o trabalho com a Educação Científica e Tecnológica na Estação Conhecimento

- Formar seres humanos éticos e mobilizar indivíduos conscientes e assertivos, estabelecendo o compromisso com a cidadania e a inclusão;
- Promover experiências significativas, motivadoras e instigantes de aprendizagens, por meio de melhorias nas práticas didáticas dos educadores;
- Incentivar o desenvolvimento de habilidades e competências que apoiem a construção de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Promover aprendizagens dos conceitos básicos das ciências naturais e a sua aplicação às situações cotidianas e práticas;
- Estimular o pensamento crítico, a autoconfiança e a capacidade de resolver problemas;
- Estimular o uso de equipamentos e materiais para que a Estação Conhecimento assuma a cultura do aprender fazendo;
- Estabelecer parâmetros para a promoção e realização de ações e de experiências, sistemáticas e práticas que favoreçam o uso de recursos tecnológicos voltados para o ensino e a aprendizagem;

- Favorecer a investigação, a resolução de problemas, a prototipação, o desenvolvimento, a análise de soluções;
- Estimular os estudantes a terem uma atitude empreendedora e valorizar as competências e habilidades relacionadas ao planejamento e à gestão de projetos para a inovação;
- Desenvolver competências para que os estudantes desenvolvam soluções pautadas em valores como ética, equidade e responsabilidade socioambiental, contribuindo, dessa maneira, para ambientes mais sustentáveis e inclusivos ao assumirem uma postura ativa como produtores de conhecimento e agentes de inovação sustentável;
- Tornar a tecnologia estratégia transversal às áreas do conhecimento, por meio de sua utilização nas práticas pedagógicas, de modo a qualificar os processos de aprendizagem, aproximando-os da realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento;
- Implementar propostas pedagógicas específicas para uso de tecnologias que garantam a execução de atividades integradas e nas quais sejam desenvolvidas as competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento integral dos estudantes;
- Estimular o uso de metodologias com abordagem STEAM.

Pilares da Educação Científica e Tecnológica

Projetos Integradores

Como forma de materializar os princípios estabelecidos neste Projeto Político Pedagógico, que busca a integração entre os programas e atividades desenvolvidas na Estação Conhecimento para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, foi estabelecida a diretriz de buscar, sempre que possível e de

acordo com as peculiaridades de cada programa, **implementar a Educação Científica e Tecnológica por meio de projetos integradores.**

Estes projetos devem ser organizados em torno de temas definidos pelas equipes e que, por sua vez, deverão estar vinculados às especificidades de cada Estação Conhecimento. Terão em seu escopo, além de atividades desenvolvidas especificamente para estes projetos, outras ações/atividades em curso dentro dos programas e, que para esse propósito, devem passar por remodelagens de forma a se relacionar com a temática do projeto e com a Educação Científica e Tecnológica. Para além disso, os projetos buscam uma maior integração com as comunidades locais, seja por meio da partilha dos conhecimentos produzidos, seja por meio do reconhecimento dos saberes locais.

Projetos didáticos, como uma modalidade organizativa dos conteúdos, conferem significados especiais às atividades pedagógicas, uma vez que proporcionam condições adequadas para que os estudantes aprendam de forma integrada conteúdos das áreas do conhecimento e adquiram habilidades e competências relacionadas ao trabalho cooperativo e à capacidade de fazer escolhas e tomar decisões.

São objetivos gerais dos projetos:

- Promover a integração das atividades dos diferentes setores e programas da Estação Conhecimento;
- Promover o envolvimento dos participantes com os temas propostos para os projetos, com vistas a possibilitar a construção de conhecimentos interdisciplinares e a apropriação e valorização dos saberes locais;
- Promover uma maior integração com a comunidade nas questões relacionadas à educação científica e tecnológica;

- Ampliar a conscientização sobre uso e desenvolvimento das tecnologias;
- Repensar o território como potência, trazendo reconhecimento e possibilidades de intervenção;
- Colaborar para a construção de laços sociais de fraternidade e aflorar sentimentos de convivência e pertencimento.

Integração da Educação Científica e Tecnológica com a comunidade

Um dos pressupostos para a inclusão da Educação Científica e Tecnológica na Estação Conhecimento é que as aprendizagens adquiridas dialoguem com territórios e não se restrinjam à Estação Conhecimento, com vistas a produzir um movimento integrador e educativo.

Integração de ações entre as Estações Conhecimento

A perspectiva do desenvolvimento de projetos integradores comuns às Estações Conhecimento que abraçaram a Educação Científica e Tecnológica em seus PPPs tem como propósito o compartilhamento dos processos formativos, com a utilização dos ambientes digitais, bem como a formação de uma comunidade de prática com os estudantes e educadores a partir da colaboração e soluções encontradas nos desafios makers propostos, as estratégias desenvolvidas, as trocas de informações e de descobertas.

Ciência do cotidiano

Viver no século XXI, por si só, já nos aproxima dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Quase tudo ao nosso redor, que faz parte do nosso cotidiano, que nos traz conforto, prazer, que nos locomove, que nos emociona, nos alimenta, nos cura e nos informa são frutos destes conhecimentos.

Desmistificar a ciência por meio de elementos do cotidiano é um papel importante para a educação. Tornar o conhecimento científico interessante, importante e útil nas vidas dos estudantes é um grande desafio. Frente a esses desa-

fiões, o Letramento Científico surgiu para fazer com que a ciência apresente um caminho para a autonomia do cidadão e uma possibilidade para que ele possa fazer escolhas de vida mais coerentes. Segundo a OCDE, o Letramento Científico “é a capacidade de empregar o conhecimento científico para identificar questões, adquirir novos conhecimentos, explicar fenômenos científicos e tirar conclusões baseadas em evidências sobre questões científicas”.

Falar de ciências do cotidiano não é acatar os conhecimentos espontâneos e o senso comum. É trazer para perto esses saberes, para poder ampliar e ressignificar esses conhecimentos. Isso é papel da educação. Estes conhecimentos, apesar de sua aspiração à racionalidade e objetividade, são o modo espontâneo de conhecer, que se adquire no trato direto com as coisas e os seres humanos. Já o conhecimento científico trabalha com métodos que visam comprovar a confiabilidade de uma hipótese. Um está baseado nas crenças e hábitos e outro, em evidências e comprovações.

A Estação Conhecimento estabeleceu como pilar trabalhar com a ciência do cotidiano, apoiada no entendimento de que as ações propostas vão buscar no cotidiano, na realidade dos estudantes, as ciências como ponto de partida para a escolha, por exemplo, de temáticas socialmente relevantes e, também, como ponto de chegada – com uma devolutiva para a comunidade de um saber que começou com ela e que a ela volta de forma sistematizada.

STEAM – Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática

Nos anos 90, nos EUA, alguns estudos identificaram um sério problema em relação às áreas de Ciências, Matemática, Engenharia e Tecnologia. Havia uma forte escassez de profissionais capacitados para essas áreas, o que significaria, em pouco anos, uma ameaça à economia do país; os estudantes americanos tinham baixo desempenho em exames internacionais padronizados como o PISA, bem como, um baixíssimo interesse em seguir carreiras nestas áreas. Para culminar,

os estudos identificaram que o currículo escolar das áreas científicas privilegiava basicamente a exposição dos conceitos e o uso, quase exclusivo, de livros didáticos. É destes estudos que foi criado, pensando no desenvolvimento do país, a proposta de uma interligação das áreas de Ciências, Matemática, Tecnologia e Engenharia (STEM) e algumas ações para seu impulsionamento.

Este movimento tinha como objetivo preparar os estudantes para o mercado de trabalho; formar estudantes e professores para desenvolver as competências do século XXI; gerar força de pesquisa e desenvolvimento em STEM voltados para a inovação. Esperava-se que os estudantes identificassem perguntas e problemas da vida real e fossem capazes de tecer conclusões baseados em fatos e evidências; trabalhassem de forma colaborativa; desenvolvessem competências para criar, planejar, desenvolver e implementar projetos.

No ano de 2006, Georgette Yakman, do Instituto Politécnico da Virgínia (EUA), propôs a adição de arte – música, expressão corporal, design, língua e sociologia.

Este movimento, no Brasil, vem ganhando força e faz parte de programas e projetos que inter-relacionam STEAM com atividades makers e com a Robótica, uma vez que essas atividades trabalham de forma integrada os conhecimentos das áreas de matemática e ciências, e ao prototipar e produzir robôs capazes de receber comandos e executar tarefas trabalham aspectos da engenharia e da tecnologia. O STEAM, com a introdução da área de artes, também vem sendo impulsionado por este movimento, dando destaque à construção de soluções que a arte é vista como um elemento não só decorativo, mas de produção de cultura e de conhecimento.

A Estação Conhecimento buscará impulsionar suas atividades por meio da abordagem de STEAM nos seus territórios, de forma a garantir uma compreensão não compartimentalizada dos conhecimentos.

Pensamento computacional e Letramento digital

O desenvolvimento do pensamento computacional impacta na forma de pensar, na organização de conceitos, na resolução de problemas e na comunicação e interação com as pessoas e o mundo. Envolve o desenvolvimento de competências e habilidades associadas à compreensão de problemas, sua decomposição, o reconhecimento de padrões, a codificação, abstração e desenvolvimento de algoritmos.

O **pensamento computacional** engloba o raciocínio computacional e as linguagens computacionais. O raciocínio computacional trata de habilidades vinculadas ao pensamento analítico, ao raciocínio lógico e dedutivo, e à resolução de problemas de forma sistemática, usando dedução e abstração. E a linguagem computacional, o desenvolvimento de habilidades relacionadas à linguagem de programação, a codificação e uso de algoritmos, a decomposição de programas em partes menores e a análise de padrões.

O **letramento digital** implica no desenvolvimento de habilidades que garantam a participação cívica e a tomada de decisões, assim como a escolha, acesso e uso consciente das ferramentas digitais.

A Estação Conhecimento trabalhará com estas duas dimensões por meio de atividades de robótica, de propostas de inclusão digital e de programação, passando pela programação desplugada e chegando a outras linguagens como CODE, html, entre outras.

De forma a garantir os princípios, as atividades devem ser pautadas por situações-problema voltadas aos interesses dos estudantes e da comunidade e utilizando recursos de ludicidade.

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira desenvolveu um currículo para Tecnologia e Computação para a Educação Básica. Este documento estabelece três eixos estruturantes – cultura digital, pensamento computacional e tecnologia digital –, subdivididos em conceitos. Essa matriz servirá

de base para as atividades da inclusão da Educação Científica e Tecnológica na Estação Conhecimento

Atividades makers

Maker é um termo que, de forma mais abrangente, significa pessoas que fazem coisas, que consertam objetos, que desenvolvem projetos e os executam, que buscam entender como as coisas funcionam, enfim, pessoas que “colocam a mão na massa”.



Este movimento da cultura faça-você-mesmo ou, em inglês, Do-It-Yourself (DIY), fortemente desenvolvido nos EUA, foi impulsionado por uma nova onda mundial que prega a sustentabilidade, o não consumismo exacerbado, o fim de uma busca imediatista. O avanço das tecnologias que, entre outras formas de alterar a relação homem/mundo, traz a possibilidade de aprendizagens autônomas, bem como a popularização da automação de objetos (robótica) e a sua própria produção (impressoras 3D) trouxeram outras dimensões a esta cultura, estimulando, inclusive, a sua entrada na área educacional.

A reunião de pessoas com este mesmo tipo de interesse passou a criar bases para o Movimento Maker, que desenvolveu um conjunto de valores e formas de atuação – a base destes valores está na premissa do compartilhamento de informações e de tecnologias.

Na área educacional, o Movimento Maker ganhou um interesse especial. Ancoradas na perspectiva de ampliação do ensino por meio de projetos e no desenvolvimento das áreas de Ciências, Matemática, Engenharia, Tecnologia e Arte (STEAM) e com a crescente popularização das tecnologias de construção – como a impressora 3D e os microcontroladores, como o Arduino, por exemplo –, as propostas pedagógicas passaram a criar metodologias e Espaços Makers para os processos de ensino e de aprendizagem.

O Espaço Maker na Estação Conhecimento tem como objetivo criar um corpo de atividades que possibilitem tornar os estudantes, para além de consumidores de tecnologias, produtores de tecnologia. Sabemos que não basta apenas a criação de espaços personalizados com equipamentos e máquinas disponíveis, é fundamental uma abordagem interdisciplinar integrando conhecimentos e práticas de diferentes áreas do conhecimento, da mesma forma, e não menos importante, é necessário que os “fazeres” tenham propósitos. As intencionalidades didáticas precisam estar claras e pactuadas com os educadores e educandos. Outro aspecto central é a formação de profissionais habilitados para mediar o processo de aprendizagem dos estudantes nesses espaços.

Aprendizagem em contextos de crise

Ao escrever este PPP no segundo semestre de 2022, é impreterível falar sobre o impacto e as mudanças que ocorreram ao longo de dois anos de pandemia no Brasil e no mundo. Afetados pelas dinâmicas de distanciamento social, fechamento e reabertura das atividades sociais e econômicas, buscamos ao máximo desenvolver estratégias que assegurassem vínculo e contato com os educandos e educandas.

Foram muitas fases de planejamentos, diagnósticos, adaptações e avaliações, que demandaram esforço coletivo das equipes e criatividade para propor mudanças.

“Inovação pressupõe mudança na forma de entender a produção de conhecimento. Um projeto inovador responde a necessidades sociais contemporâneas. Em suma: o que caracteriza uma inovação educacional é, essencialmente, garantir o direito à educação a todos”

(José Pacheco, 2019)

Dividimos o período da pandemia em três fases: **Pandemia ano I – 2020, Pandemia ano II – 2021/2022, Retorno presencial janeiro/2022.**

Pandemia ano I – 2020

Em março de 2020, as atividades presenciais com os educandos foram suspensas. Por meio de reuniões e planejamentos das equipes, houve uma adequação para as atividades remotas, foram criados os grupos de WhatsApp para troca de informações com os responsáveis e educandos da EC e para o envio de vídeo-aulas. Foram mantidos apenas contatos presenciais para situações de emergência e foram realizados plantões pela equipe multidisciplinar para esses atendimentos, seguindo todos os protocolos e medidas de segurança e combate à Covid-19.

Em julho, mediante o diagnóstico das ações desenvolvidas que apontou uma baixa de participação e devolução das atividades enviadas, foi iniciado um novo formato de atendimento através de videochamadas pelo Google Meet.

A fim de atender aos educandos que não possuíam ou tinham dificuldade com acesso a internet foi desenvolvido e enviado um caderno de atividades. As atividades online que eram temáticas passaram a ser mais integradas a fim de atrair a participação dos educandos.

O ano de 2020 foi marcado por muitas incertezas e desafios e a equipe precisou se reorganizar para buscar soluções conjuntas.

Pandemia ano II – 2021/2022

Em 2021, continuamos na modalidade de ensino remoto através do App Google Meet (6.305 participações) e Lives interativas na plataforma YouTube (5.479 Participação), estratégias realizadas como forma de atingir os educandos com dificuldades de acesso às atividades remotas e a fim de ofertar atividades educativas e reflexivas às famílias de forma criativa, lúdica e divertida. Foram realizados 572 atendimentos à crianças e adolescentes em atividades esportivas, culturais e educacionais¹⁸ e 315 famílias e idosos foram atendidos.

Os cadernos de atividades foram entregues e recolhidos concomitante à entrega mensal dos kits de gênero alimentícios às famílias (2.650 unidades entregues). Também foram elaborados e distribuídos para os educandos materiais didáticos e pedagógicos (457 unidades entregues), uniformes esportivos e um par de tênis (457 unidades entregues). Assim como, kits de higiene bucal (200 unidades entregues) e máscaras de proteção facial (2.915 unidades entregues).

A equipe psicossocial realizou atendimento e acompanhamento aos educandos e famílias inscritas na EC de forma remota (4.000 contatos telefônicos, informativos, escuta e orientação social e psicossocial). Ao final de 2021 foram realizados 1.105 atendimentos médicos e odontológicos (telemedicina). O acompanhamento escolar que é realizado pelas pedagogas computou 451 ações das crianças e adolescentes inscritos.

Com o avanço da vacinação no país e o planejamento para o retorno presencial em 2022, no final do ano foi programada a Colônia de Férias para janeiro de 2022 como estratégia para receber os educandos de forma presencial depois de um longo período de atividades remotas.

¹⁸ Forma de organização das atividades antes da elaboração desse documento.

Em seguida, iniciamos a programação normal, recebendo todos os educandos de 4 a 17 anos, passando o período de quatro horas na EC. Em meados de maio, também foram retomadas as atividades com os idosos. A partir daí todas as atividades voltaram a ser executadas presencialmente.



Os impactos gerados durante a pandemia, por consequência, a ausência de atividades presenciais, afetaram o contexto de vida dos educandos em suas diversas dimensões. Observou-se, por exemplo, que comportamentos e habilidades sociais já aprendidos e estabelecidos com eles foram perdidos, assim esse período de retorno, o acolhimento das equipes e o restabelecimento de vínculos foi essencial.

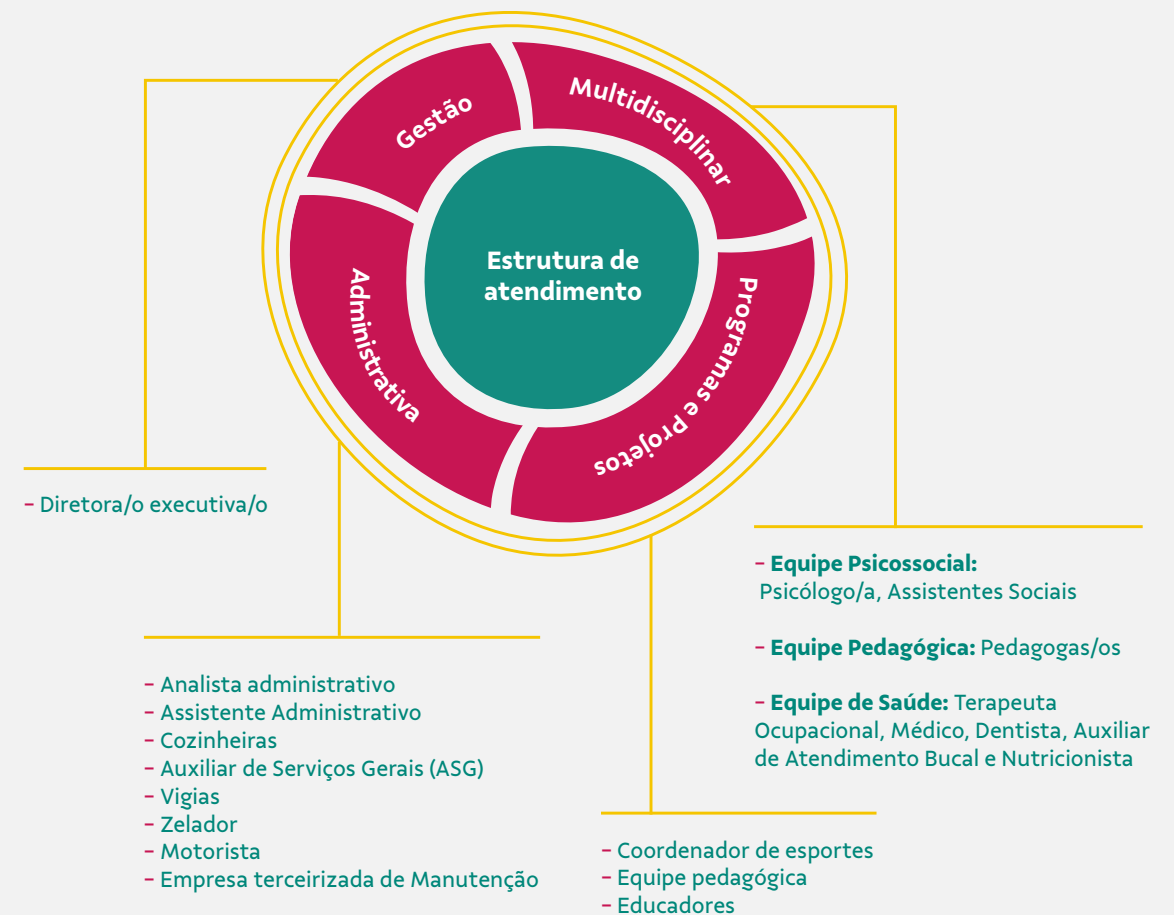
Além disso, o agravamento das desigualdades sociais das famílias, a insegurança alimentar dos educandos, os casos de gravidez na adolescência e crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil se ampliaram e ficaram evidentes nesse primeiro momento. E, são esses fatores e condições que pautam o trabalho da EC Marabá e tornam ainda mais importante e relevante nossa atuação em prol da garantia e promoção dos direitos das crianças e adolescentes de Marabá.



A atuação da EC Marabá

Estrutura do atendimento

A estrutura de atendimento da EC Marabá está organizada em quatro eixos que se organizam e se interrelacionam com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes e famílias que atende.



Estrutura do atendimento			
Equipe Gestão	Equipe Administrativa	Equipe Multidisciplinar	Equipe Programas e Projetos
Diretora/o executiva/o	Analista administrativo	Equipe Psicossocial: Psicólogo/a, Assistentes Sociais	Coordenador de esportes Equipe pedagógica Educadores
	Assistente Administrativo		
	Cozinheiras	Equipe Pedagógica: Pedagogas	
	Auxiliar de Serviços Gerais (ASG)		
	Vigias	Equipe de Saúde: Terapeuta Ocupacional, Médico, Dentista, Auxiliar de Atendimento Bucal, Nutricionista	
	Zelador		
	Motorista		
	Empresa terceirizada de Manutenção		

Público

O público da EC Marabá é formado por crianças e adolescentes (4 a 17 anos), jovens, adultos e idosos (a partir dos 18 anos) e o atendimento é focado na família. Esse público é atendido nos programas e projetos e é distribuído conforme o objetivo de cada ação. Como resultado do processo formativo para a construção desse Projeto Político Pedagógico, todos que fazem parte do público atendido pela Estação Conhecimento de Marabá são denominados EDUCANDOS e EDUCANDAS.

Gestão Participativa

A gestão participativa da EC de Marabá busca garantir os princípios essenciais da gestão democrática tais como: corresponsabilidade, igualdade, escuta, participação, autonomia, coletividade, diversidade, controle social, diálogo e transparência, a fim de oportunizar tomadas de decisões coletivas e colaborativas e garantir a execução das ações e das comunicações de maneira integrada e horizontal.

Assim, durante o processo formativo de elaboração deste documento, foi realizado um diagnóstico com todos os colaboradores sobre a percepção dos princípios da gestão democrática da EC Marabá. Nessa atividade, foi possível perceber que embora **igualdade, participação e transparência** estivessem fortalecidas nas práticas de gestão, a ampliação e criação de **canais de participação** e escuta com educandos (as), colaboradores (as) e a comunidade mostrou-se necessária, visto que os critérios de **escuta, diálogo, corresponsabilidade, coletividade, diversidade, autonomia e controle social** se mostraram incipientes.

Essa demanda ligada à comunicação interna resultou na melhora de algumas ações já em curso, enquanto outras foram implementadas possibilitando novos canais de comunicação para todos envolvidos.

A EC Marabá compreende que um trabalho de qualidade só acontece a partir do envolvimento de todos. Através do ato coletivo é possível avaliar ações executadas numa amplitude maior, possibilitando construir, estruturar e reconstruir o Projeto Político Pedagógico, tornando-o vivo diante de novas necessidades.

O trabalho ofertado pela Estação Conhecimento Marabá preconiza os colaboradores e colaboradoras como membros primordiais no processo de execução, pois é a partir das diferentes expertises, qualificações técnicas, vivências, experiências e propostas que a equipe se fortalece em torno de um projeto comum, que preza pela qualidade dos seus resultados.

Atualmente, o principal canal de comunicação da EC Marabá é o site da organização. Com os educandos (as) e famílias, a comunicação é feita por aplicativo de mensagens disponível nos celulares.

Para efetivar a gestão participativa e a comunicação são realizadas as seguintes ações:

Colaboradores (as)

As proposições de melhorias têm como premissas a escuta ativa dos colaboradores por meio de espaço seguro, de forma qualificada em prol de alinhamentos institucionais. Para tanto, realizamos **Rodas de conversa entre os colaboradores**, mediadas pela equipe pedagógica, com a participação de todas as equipes. Mensalmente, dentro da denominada Parada Pedagógica, nos reunimos para discutir coletivamente os avanços e entraves nas práticas realizadas.

Educandos (as)

Promover espaços de **escuta nas atividades**, com a intenção de qualificar as práticas pedagógicas considerando o ponto de vista do educando.

Famílias e Comunidade

Além de desenvolver o atendimento com crianças, adolescentes, adultos e idosos, a EC Marabá promove o **acompanhamento social** com as famílias, realizando mensalmente encontros e reuniões com o intuito de compartilhar e trocar informações acerca do trabalho em curso.

Rede de Proteção

O **trabalho intersetorial** busca promover ações articuladas entre diferentes setores como saúde, assistência social, educação e emprego. A presença em Conselhos locais e a incidência em políticas públicas de proteção social pautam as articulações da EC no território.

Equipes

A **Equipe de Gestão** é composta por:

- **Direção Executiva**

Essa função possibilita que todas as ações ocorram na EC, desde coordenação de projetos, prestação de contas, execução orçamentária, gestão de recursos humanos, até a criação de condições materiais para a execução do trabalho. Além disso, a Direção Executiva representa legalmente a EC e elabora e coordena a produção de relatórios.

A **Equipe Administrativa** está em diálogo e consonância com a gestão e visa garantir aos educandos da EC um espaço seguro e acolhedor, sendo responsável pela manutenção das infraestruturas, o cuidado e limpeza dos espaços, a receptividade na chegada da EC.

Integram esta equipe:

- Coordenação executiva e administrativa
- Analista administrativo
- Assistente administrativo
- Cozinheiras (os)
- Auxiliar de Serviços Gerais (ASG)
- Vigias
- Zelador
- Motorista
- Empresa terceirizada de Manutenção

A **Equipe de Programas e Projetos** é composta por educadores (as) dos programas, pedagogos (as) e coordenadores (as) de esporte, que são responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas com os educandos.

A partir do planejamento integrado, estão em constante diálogo e alinhamento entre si, atentos às propostas das novas ofertas educativas, às necessidades colocadas pelos educandos e em consonância com a equipe multidisciplinar. Faz parte do planejamento de cada programa a escuta ativa e o diálogo com os educandos.

Compõem essa equipe:

- Coordenador de esportes
- Equipe pedagógica
- Educadores

Equipe Multidisciplinar

Para garantir o atendimento integral dos educandos e família da EC Marabá é necessário que haja uma equipe de atuação multidisciplinar, responsável por acompanhar as famílias e educandos (as) na mediação de suas questões de natureza socioassistencial.

Além de realizar o acompanhamento direto dos núcleos familiares e de cada criança e/ou adolescente, esses profissionais também são responsáveis por acionar os demais agentes da rede de proteção do município para que a população atendida tenha suas demandas absorvidas pelas políticas públicas.

Essa equipe multidisciplinar é composta por:

- Assistentes Sociais
- Psicólogo (a)
- Pedagogas (os)
- Terapeuta Ocupacional
- Nutricionista
- Dentista
- Auxiliar de Atendimento Bucal
- Médico (a)

Em termos de organização do trabalho, a equipe multidisciplinar da EC Marabá realiza mensalmente uma reunião para avaliar, discutir, elaborar e planejar ações a serem executadas em conformidade com esse Projeto Político Pedagógico.

Três eixos orientam sua atuação: **organizacional** (contribuição da equipe para o desenvolvimento institucional), **social** (contribuição da equipe para o desenvolvimento do território, comunidade e famílias e atendimento direto de educandos e famílias) e **educacional** (contribuição da equipe para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes). Além disso, todas as ações são desenvolvidas em parceria e colaboração com as demais equipes da organização.



Equipe Pedagógica

Além de acompanhar os planejamentos dos educadores, a **equipe pedagógica** é responsável por observar e encaminhar possíveis demandas e dificuldades dos educandos (as) e educadores (as), facilitando a comunicação direta e articulando referências e estratégias pedagógicas.

Outro aspecto importante é que a equipe pedagógica organiza e conduz as rodas de conversa entre colaboradores e coordena a formação continuada, estratégias essenciais para manter a qualidade do atendimento, a atualização técnica dos profissionais, além de reforçar as dimensões coletivas de um trabalho como o da EC.

Equipe Psicossocial

A equipe psicossocial composta por uma psicóloga e duas assistentes sociais é responsável pelo primeiro contato e pelo acolhimento da família inscrita na EC Marabá, além de realizar o acompanhamento de seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Sendo assim é de extrema importância que essa equipe articule as questões psicossociais externamente para a rede de proteção e, internamente, respeitando as questões éticas implícitas nesses processos, desenvolvendo uma relação de troca com as outras equipes para o fortalecimento de práticas educativas inclusivas.

Equipe de Saúde

A equipe de saúde é diversa e composta por nutricionista, terapeuta ocupacional, médico e dentista que, juntos, promovem o atendimento integral à saúde dos educandos. Através de avaliações e diagnósticos, a equipe faz o acompanhamento e atendimento de acordo com necessidades específicas. Quando necessário, são realizados encaminhamentos para a rede pública de saúde.

Equipe Pedagógica		
Organizacional	Social	Educacional
Coordenar o processo de formação continuada com a equipe. Mediar as rodas de conversa mensais entre colabores (as) da EC. Promover estudos de casos e trocas de experiências que respondam às demandas da EC. Criar novos ambientes pedagógicos, ampliando a diversidade de espaços, práticas de cooperação e de trabalho coletivo. Desenvolver estratégias que fomentem o estudo, a pesquisa e a produção de conhecimento entre os (as) colaboradores (as) da EC. Sistematizar momentos de discussão coletiva sobre as ações pedagógicas realizadas pela EC.	Realizar atendimento individualizado e coletivo dos educandos (as) e famílias. Acompanhar e mediar as demandas familiares diretamente e junto à rede de proteção local. Realizar o acompanhamento da situação escolar dos educandos (as). Identificar e coordenar parcerias com instituições locais que possam apoiar o trabalho da EC.	Acompanhar as atividades realizadas com educandos e educadoras. Realizar orientação pedagógica e pautar os planejamentos dos educadores (as). Desenvolver instrumentos que apoiem os processos de planejamento, implementação e avaliação das práticas realizadas. Atuar pelo contínuo aprimoramento do trabalho pedagógico realizado pela equipe.

Equipe Psicossocial		
Organizacional	Social	Educacional
Conduzir palestras e rodas de conversas com os colaboradores sobre a temática da diversidade.	Conduzir grupos sociais de adolescentes, adultos e PCD's.	
Participar de Conselhos de Direito	Ofertar apoio psicológico e encaminhamentos para rede socioassistencial.	
Realizar entrevistas iniciais com o público a ser atendido pelos novos projetos.	Conduzir palestras e campanhas para a comunidade, famílias e responsáveis.	
	Executar articulação de ações de campanha junto a outras redes.	Realizar o acolhimento com os educandos (as).
	Realizar atendimento e visita psicossocial.	Planejar avaliação psicológica quando necessário
	Promover o atendimento e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.	Realizar devolutivas com os educadores sobre as demandas psicossociais dos educandos.
	Atuar na prevenção de situações de risco e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários nos diversos ciclos de vida.	
	Contribuir para o acesso a direitos sociais, realizando encaminhamento das demandas levantadas.	

Promoção da Saúde

A promoção da saúde exige uma abordagem multidisciplinar que compreenda o desenvolvimento do educando nas suas múltiplas dimensões. Nessa perspectiva, as atividades a serem executadas devem estimular a atenção, a flexibilidade física e emocional, a higiene corporal, o conhecimento e desenvolvimento de limites do corpo, atuando na prevenção de doenças e na promoção de estilo de vida saudável. Além disso, para garantir uma alimentação saudável no cotidiano doméstico, é fundamental que sejam compartilhadas informações sobre o tema com as famílias para que também tenham acesso a práticas saudáveis.

A equipe também atua e planeja junto com os outros educadores ações e atividades educativas ligadas à promoção e prevenção da saúde, qualidade de vida e bem estar. Para a promoção da inclusão, essa equipe trabalha diretamente com os educandos com deficiência realizando atendimento e acompanhamento individualizado, além de realizar ações e atividades que possibilitam sua inclusão em todas as práticas pedagógicas ofertadas pela EC.

Equipe Saúde		
Organizacional	Social	Educacional
Realizar vistoria e elaboração do projeto de acessibilidade. Realizar levantamento e aquisição dos materiais específicos para o atendimento (odontológicos e medicinais). Elaborar materiais educativos na área da medicina e odontologia. Realizar o atendimento médico e odontológico de educandos e suas famílias. Fazer a administração, controle de desperdícios e elaboração de cardápios. Realizar a orientação para os colaboradores sobre o processo de distribuição dos alimentos na UAN. Realizar o treinamento de Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos com os colaboradores. Fazer o levantamento interno das Crianças e Adolescentes com Deficiência – Pré-diagnósticos.	Inscrição das pessoas com deficiência (PCDs) Conduzir a formação do grupo de famílias e responsáveis a partir da temática da pessoa com deficiência. Elaborar o plano de ação do grupo de famílias e responsáveis com as definições de datas, temas e profissionais envolvidos nas atividades. Realizar o acompanhamento da emissão de laudos. Realizar ciclo de palestras e formações com os profissionais da EC com a temática da inclusão Realizar palestra para as famílias dos atendidos, professores das redes públicas com a temática da saúde bucal. Fazer palestras com os pais e responsáveis dos atendidos em grupos de riscos nutricionais (desnutridos e sobrepeso). Realizar palestras voltadas para as boas práticas de EAN (Educação Alimentar e Nutricional). Fazer oficinas sobre aproveitamento integral dos alimentos, doenças crônicas relacionadas aos maus hábitos alimentares.	Elaborar Planos de Atendimentos Individuais e Multidisciplinar Executar atendimentos Individuais e multidisciplinares. Promover o atendimento das crianças e adolescentes nos grupos de atividades regulares. Realizar a avaliação e adequação constante do Plano de atendimento individual e multidisciplinar. Realizar o levantamento do histórico médico, familiar, estado de saúde, hábitos, medicamentos utilizados, peso, alergias existentes. Realizar o odontograma (radiografia e análise da saúde bucal das crianças) e atendimento Instrução de higiene bucal – com utilização de modelos. Realizar palestras e atividades lúdicas voltadas às práticas de EAN(Educação Alimentar e Nutricional). Executar atividades sobre o aproveitamento integral dos alimentos, doenças crônicas relacionadas aos maus hábitos alimentares. Realizar de Oficinas Culinárias (Mão Na Massa, Meu Lanchinho Saudável, Meu Tempero Natural). Promover a valorização da cultura alimentar local. Realizar Avaliação nutricional do educandos.

Planejamento integrado

Realizar um planejamento integrado representa um conjunto de desafios que precisaram ser transpostos com o advento da pandemia. A dificuldade de se obter o acesso e a atenção dos educandos nas aulas remotas levou a equipe a pensar práticas mais articuladas, que integrassem os diferentes educadores (as) e áreas do conhecimento em propostas comuns. Nessa trajetória, aprendemos que para que haja uma efetiva integração das práticas é importante:

- Planejar de forma transdisciplinar, com um eixo/tema como ponto em comum;
- Criar mecanismos de interação entre as atividades;
- Trabalhar de forma a ter o apoio de toda a equipe multidisciplinar;
- Estabelecer fluxos de comunicação contínuos entre os educadores, com reuniões semanais, momentos para planejamento conjunto, troca de experiências, ideias e propostas;
- Considerar como ponto central o território educativo e o desenvolvimento integral dos educandos e educandas.

Ao mesmo tempo, uma educação integrada acontece quando envolve todos os atores que, de forma direta ou indireta, se relacionam com a EC. Nessa perspectiva, as ações que já acontecem e devem se intensificar são:

- Rodas de conversa entre todas as equipes;
- Ampliar estratégias e interlocução com as escolas dos educandos para escuta ativa e busca de soluções conjuntas;
- Fomentar o diálogo e parcerias com a comunidade;
- Estação Conhecimento como um espaço cultural, expositivo de artistas locais, do trabalho dos educandos, e espaço de mostra de outras instituições.

Atuação em rede

Promover diálogo da EC com outras instituições, públicas e privadas, é um dos pontos centrais desse Projeto Político Pedagógico. Isso pressupõe planejamento e investimento para fortalecer as parcerias existentes e criar novas conexões. Com relação às escolas, é preciso abrir o diálogo e o espaço da EC para convidar as unidades a partilhar seus desafios e se comprometer com soluções conjuntas.

Para isso, são necessárias reuniões de alinhamento de propostas pedagógicas e acompanhamento da situação escolar de cada educando. Esse contato, que já é realizado pela pedagoga da organização, deve ser permanente, integrando fluxos de trabalho, protocolos de abordagem e encaminhamentos, além do acompanhamento dos múltiplos saberes da equipe multidisciplinar.

A atuação em rede possibilita ter um objetivo em comum e assim, construir respostas mais eficazes aos desafios sociais que se apresentam.

Estreitar a relação EC Marabá com o território, firmando parcerias para o uso dos espaços coletivos como a quadra poliesportiva, espaços verdes, o complexo esportivo e outras áreas da EC para as escolas e outras instituições é de extrema importância para o desenvolvimento dessa rede. Algumas parcerias estão em curso, a mais recente é o Curso Pré-Vestibular em parceria com o Instituto Federal do Pará (IFPA), não sendo restrito apenas aos educandos matriculados na EC.

No contato e diálogo com o território, a EC Marabá promove reuniões com familiares, líderes comunitários, educandos dentro do planejamento semestral de atividades, para que essa comunicação seja ativa e tratada com responsabilidade.

Entendemos que a partir do convite à comunidade para a ocupação do espaço e participação nas ações da EC, novas demandas desse território serão elaboradas, podendo ampliar as possibilidades de ação para além dos muros da instituição.

Programas e Projetos

A Estação Conhecimento de Marabá oferece às crianças e adolescentes com e sem deficiência e às famílias que atendem diversas oportunidades educativas. Elas se dão a partir da interação entre participantes, ambientes e múltiplas linguagens.

Estão organizadas em três Programas que objetivam proporcionar experiências significativas e contextualizadas para os participantes a partir de 4 anos e uma área de Projetos Especiais – Comunidade e Território que articula as atividades destinadas ao público jovem e adulto.

São programas e projetos da EC Marabá:

- Programa de Cultura
- Programa de Ciência, Inovação e Tecnologias Sociais
- Programa de Esporte Educacional
- Projetos Especiais – Comunidade e Território

Os três programas reúnem projetos e atividades, assumindo contribuições formativas comuns a cada área do conhecimento e incorporando as diretrizes de atuação¹⁹ transversais ao trabalho de toda a EC. A definição por uma estrutura programática tem como objetivo integrar os projetos já realizados, garantindo uma identidade comum entre eles, além de intencionalidade e objetivos pedagógicos claros.

Entendemos ainda que os programas têm condição de pautar a atuação dos educadores e colaboradores de toda a EC, em diálogo com o perfil e contexto de vida dos participantes, projetando demandas de formação continuada da equipe, de organização do percurso formativo dos participantes ao longo dos anos, bem como sua progressão.

¹⁹ Ver capítulo Diretrizes de Atuação

Programa de Cultura

O Programa de Cultura é realizado por meio das diversas linguagens artísticas em diálogo com a cultura regional. Ao final de cada ciclo, os aprendizados desenvolvidos durante as atividades culminam em espetáculos culturais realizados para o público interno e externo da EC Marabá.

Objetivos do Programa:

- Propiciar aos participantes o desenvolvimento de habilidades artísticas e socioculturais.
- Desenvolver a autoestima, valorização e potencial artístico de cada um.
- Valorizar a cultura regional.
- Incentivar os participantes a contribuir com o resgate das manifestações culturais.

Público: 04 a 17 anos

Compõem o Programa de Cultura as seguintes **atividades:**

Musicalização Infantil

Público: 04 a 9 anos

A musicalização infantil é o processo de construção do conhecimento musical, é uma combinação do lúdico e música: seu principal objetivo é despertar e desenvolver o gosto pela música, estimulando e contribuindo com a formação integral dos participantes, contribuindo para vivência artística por meio de brincadeiras, expressão corporal,

histórias e atividades lúdicas, desenvolvendo a percepção auditiva, visual, tátil a inteligência artística e a sensibilidade. As atividades são coletivas de modo a promover o aprendizado e a socialização por meio de experiências lúdicas prazerosas.

Iniciação Musical

Público: 10 a 17 anos

Introdução a linguagem musical por meio dos instrumentos musicais; flauta doce, violão, canto e coral e instrumentos percussivos para o desenvolvimento da apreciação e execução musical, compreensão dos códigos musicais e suas funções como base das práticas performáticas por meio do repertório musical.



Prática de Banda Musical e Popular

A prática de banda tem como finalidade trabalhar a música por meio da performance coletiva dos participantes dessa atividade, sendo assim, criar vínculos de cooperação e a capacidade de compreender sua função musical em apresentações com um repertório que abrange tanto o clássico como o popular.

Dança

Público: 10 a 17 anos

As atividades de dança objetivam desenvolver a corporeidade, lateralidade e expressão corporal, além de proporcionar bem-estar, motivação e prazer, tendo como resultado respeito à diversidade, trabalho em equipe, interação e apresentações culturais, valorizando a cultura local e nacional. Assim, promove a socialização, o respeito, o direito à individualidade e limites, pautado no resgate da cultura regional e popular

Teatro

Público: 10 a 17 anos

O teatro desenvolve a corporeidade, as expressões corporais e faciais e o autoconhecimento através das emoções proporcionando um conhecimento sobre si e sobre o outro, buscando superar desafios com a inibição. Também objetiva o desenvolvimento da comunicação, de expressar-se com clareza explorando a fala, os gestos e os movimentos corporais. As atividades são pautadas em jogos teatrais e técnicas, tendo como resultado apresentações coletivas voltadas para temáticas transversais. Por fim, promove-se socialização, respeito à diversidade e o desenvolvimento artístico dos participantes.

Programa de Ciência, Inovação e Tecnologias Sociais

Tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de habilidades e competências que apoiem a construção de conhecimentos científicos e tecnológicos, promovendo aprendizagens dos conceitos básicos das ciências naturais e a sua aplicação às situações cotidianas e práticas, por meio da Aprendizagem Baseada em Projetos, Aprendizagem Baseada em Problemas ou outras metodologias ativas de educação. Os espaços e discussões de ciência tornam-se recursos mobilizadores para que os participantes expressem, desenvolvam e criem propostas e representações para os conceitos discutidos nas atividades. Além disso, com foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, cria situações desafiadoras, estimula e orienta os participantes na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares, articulando-se aos objetivos do Programa.

Por meio do uso de recursos tecnológicos, o programa pretende fortalecer as seguintes aprendizagens:

- Pensamento crítico, autoconfiança e capacidade de resolver problemas;
- Aprender fazendo a partir do uso de equipamentos e materiais;
- Investigação, resolução de problemas, prototipação, desenvolvimento e análise de soluções;
- Atitude empreendedora e gestão de projetos para a inovação;
- Ética, equidade e responsabilidade socioambiental
- Postura ativa na produção de conhecimento.

As atividades desse programa são interdisciplinares e objetivam o desenvolvimento da comunicação e expressão, a ampliação do repertório de habilidades sociais dos educandos e a construção do desenvolvimento do pensamento científico e tecnológico com base nas concepções da educação ambiental, preservação e sustentabilidade ambiental, práticas de horticultura, assim como o letramento digital e a vivência de atividades e experimentos no Espaço Maker.

O Espaço Maker é um convite ao protagonismo de novas ideias e criações, permitindo o desenvolvimento de competências que permite que qualquer pessoa possa criar, transformar, modificar e consertar de forma a propiciar o experimento e a compartilhar soluções, mesmo sem conhecimentos prévios.

Este programa está dividido em dois ciclos, o Ciclo 1 (4 a 9 anos) se pauta em atividades que preparam e fornecem o desenvolvimento de habilidades para as atividades do Ciclo 2 (10 a 17 anos).

Compõem o Programa de Ciência, Inovação e tecnologias sociais as seguintes **atividades:**

Ciclo 1: atividades pautadas na ludicidade, são executadas, por exemplo, e não somente, pelas rodas de leituras, rodas de conversa, saraus, contação de histórias, mostras de filmes, propostas de pesquisas e leituras temáticas, elaboração e execução de jogos e brincadeiras, letramento em mídias digitais e criação e vivência de experimentos científicos.

Público: 4 a 9 anos

Ciclo 2: atividades pautadas na ludicidade, são executadas, por exemplo, e não somente, por meio de contação de histórias, mostras de filmes, debates temáticos, construção e elaboração de jogos, construção de foguetes, pesquisas temáticas, produção de um jornal periódico, construção e pilotagem de drone, eventos científicos, produção de uma peça teatral, construção de maquetes, letramento em mídias digitais e criação e vivência de experimentos científicos.

Público: 10 a 17 anos

Programa de Esporte Educacional

As atividades esportivas na Estação Conhecimento de Marabá utilizam como metodologia os princípios e fundamentos do Esporte Educacional que prevê a democratização do acesso ao conhecimento e à prática esportiva conforme as diferentes fases de aprendizagem do desenvolvimento físico e cognitivo.

Objetivos do Programa:

- Ampliar o repertório motor e processo cognitivo, contribuindo para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- Trabalhar de forma colaborativa e coletiva, evitando a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes
- Oferecer atividades técnicas e lúdicas com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do participante e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Este Programa está dividido em três ciclos que contemplam as idades de 4 a 9 anos, 10 a 17 anos e 18 a 59 anos. O Ciclo 1 participa das atividades do Multiesporte, no Ciclo 2 o participante escolhe uma modalidade esportiva dentre as que estão sendo ofertadas e o Ciclo 3 participa da modalidade caminhada e atividades funcionais para adultos.

Compõem o Programa de Esporte Educacional as seguintes **atividades:**

Inclusão para Iniciação Esportiva de Pessoas com deficiência

Público: 04 a 17 anos

A iniciação esportiva das crianças e adolescentes com deficiência tem como propósito promover e encorajar o movimento, manutenção e promoção da saúde e condição física, desenvolvimento de habilidades motoras e funcionais para melhor realização das atividades diárias. É por meio de atividades lúdicas, transversais e educacionais, buscando fortalecer a independência e autonomia dessas crianças e adolescentes que a EC, além do atendimento regular, promove a participação nas atividades especializadas.

Ciclo 1: Multiesporte

Público: 4 a 9 anos

Essa prática esportiva inicia o contato com as diferentes modalidades esportivas e contempla atividades que promovem utilizar o movimento corporal, com intuito de aprimorar as coordenações motoras finas, grossas e habilidades como agilidade, velocidade, força e resistência. A partir da prática esportiva e jogos e brincadeiras a criança aprimora habilidades de consciência corporal que auxiliam no seu desenvolvimento integral.

Ciclo 2: Modalidades esportivas

Futebol

Público: 10 a 17 anos

O Futebol promove a qualidade de vida, saúde, bem-estar e apoia o desenvolvimento motor. Além de sua prática enquanto modalidade, a EC trabalha outras características importantes acerca do universo futebolístico, como as questões históricas e sociais, possibilitando uma relação mais ampla com esse esporte e afirmando o desenvolvimento do senso de coletividade, integração, união, inclusão e o respeito como valores favorecidos pela prática.

Atletismo

Público: 10 a 17 anos

O atletismo proporciona amplo conhecimento das modalidades que o compõem, partindo da iniciação ao aprimoramento das habilidades. Além disso, desenvolve noções de relação com o espaço e locomoção, como caminhar, correr, saltar, propiciando amplo domínio sobre seu corpo, auxiliando no desenvolvimento físico, motor e psíquico. Por serem práticas esportivas individuais, favorecem a aprendizagem de disciplina e, por ter atividades a serem realizadas sempre no coletivo, os participantes também desenvolvem as habilidades éticas, cooperativas e de respeito à diversidade.

Esportes de Quadra

Público: 10 a 17 anos

Os esportes de quadra ofertadas pela EC são Futsal e Voleibol e objetivam explorar diversos movimentos corporais, auxiliando no desenvolvimento motor de seus praticantes e no fortalecimento da auto-estima, coopera-

tivismo, disciplina, organização e sendo também um meio de socialização entre os participantes de diferentes gêneros. Além disso, promovem aprendizagens para estratégias do jogo, raciocínio rápido, cooperação, respeito, liderança e autoconhecimento.

Ciclo 3: Caminhada e Atividades Funcionais para Adultos

Público: 18 a 59 anos

Essa prática esportiva promove a saúde e interações sociais que reconhecem e valorizam as diferenças de gênero, étnico-raciais e geracionais dos participantes, contribuindo para construir uma ambiência de respeito às diversidades, de fortalecimento da autoestima, do autocuidado e do cuidado com o outro. Além disso, essas práticas permitem a ampliação do relacionamento interpessoal dos participantes, permitindo que interajam em novos contextos, além de propiciar a conquista de novas habilidades. Atua para a melhoria da qualidade de vida desse público, oportunizando acesso à saúde, esporte, educação e lazer, princípios norteadores de cidadania.

PROJETOS ESPECIAIS | Território e Comunidade

Para atender a comunidade e ampliar o contato com o território, a EC Marabá atende adolescentes, jovens e adultos, em diferentes frentes, promovendo atividades que contribuam com o seu desenvolvimento e que se articulam com o contexto de vida desses sujeitos e com o território em que a Estação Conhecimento Marabá faz parte. Além disso, se compromete com o seu público jovem em dar continuidade ao seu atendimento considerando as especificidades e demandas das juventudes. No momento, estão em curso as seguintes atividades:

Atividades para o público adolescente e jovem – Quadrilha Balão de Chita

Objetivo: Manter viva na comunidade e no município a cultura junina que é um patrimônio imaterial de Marabá, promovendo conhecimento, lazer, socialização e valorização cultural, assim contribuindo com a perpetuação da identidade histórica cultural, através de oficinas, vivências, ensaios e apresentações

Atividades para o público jovem – Curso Pré-Vestibular e Desafio Tech.

Objetivos: favorecer a empregabilidade, promover feiras de emprego, dar continuidade de formação para os jovens, ampliar as oportunidades de estudo e profissionalização e promover o letramento digital.

Atividades para o público idoso – atividade física, canto, dança e musicalização

Objetivos: promoção de qualidade de vida, ampliação de repertório cultural e participação das atividades da EC Marabá.

Referências bibliográficas

APRENDIZ, A.C.E. Educação Integral nas infâncias. Centro de Referências em Educação Integral. São Paulo: 2018

_____, A.C.E. Escolas em Rede: Experiências de Articulação e Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, SP.

_____, A.C.E e FUNDAÇÃO VALE. Territórios em Rede. Diagnóstico Socioterritorial de Marabá. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://territorioemrede.org.br/onde-estamos/para/>.

_____, A.C.E. Território Educativo. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>.

ALMEIDA, José J. Os Riscos Naturais e a História: o caso das enchentes em Marabá (PA). Revista Tempos Volume 15 – 2º Semestre – 2011 – p. 205 – 238 Históricos. Volume 15 – 2º Semestre – 2011 – p. 205 – 238 Históricos ISSN 1517-4689 (versão impressa), 1983-1463. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/7205/5280/26020>.

BRASIL. Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/maraba.html>.

_____. Portal Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e educador social: atuação no



desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões Da Nossa Época, v.1).

GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP: UNICAMP/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

GUIMARÃES, Bruno. N. A Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama. In: Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico] : contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras. – São Paulo : SBPC, 2022. 78 p. : il. color., mapas color., p. 869. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais1.pdf>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)).

_____. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3))

LAR FABIANO DE CRISTO. Disponível em: <https://lfc.org.br/institucional/quem-somos/>

MAPA DE CONFLITOS, INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Território Kayapó sofre com expressivo processo de contaminação, desmatamento, destruição e garimpo ilegal. Disponível em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-territorio-kayapo-sofre-com-expressivo-processo-de-contaminacao-desmatamento-destruicao-e-garimpo-ilegal/#contexto_ampliado.

MÁXIMO, Rômulo de S. A geografia dos acidentes de trânsito na cidade de Marabá – PA entre 2012 a 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)

– Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018. Disponível em: https://geografia.unifesspa.edu.br/images/TCCs/TCCs_2018/RMULO_DE_SOUZA_MAXIMO_-_2018.pdf.

MONTEIRO, Maurílio de A. et SILVA, Regiane P., «Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás », Confins [En ligne], 49 | 2021, mis en ligne le 16 mars 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/35296> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.35296>.

NÓVOA, Antonio. Os professores e sua formação num tempo de metamorfose da escola. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?format=pdf&lang=pt>.

PNUMA, ONU-Habitat, IBAM, ISER, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades. Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá. / coordenado por José de Andrade Raiol. – Pará, Belém: [s.n.], 2010. 136 p., il., tab., mapas. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geo-maraba-perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. Departamento Municipal de Transporte Urbano de Marabá. Relatório de Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Urbano, 2020, p. 3. Disponível em: https://maraba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/termo_de_referencia_projeto_ba%CC%81sico_capi%CC%81tulo_i_especificac%CC%A7a%CC%83o_do_servic%CC%A7o.pdf .

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO PARÁ. Diretoria de Políticas para

o Turismo. Coordenação de Estudos, Pesquisas e Informações Gerência de Informação e Estatística. Inventário da Oferta Turística de Marabá, PA. Belém, 2016. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/maraba_.pdf.

SILVA, M. E. C. Uma cidade e três centros: o caso de Marabá (PA). Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 2, p. 262-278, ago. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/161465>.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>

SINGER, H.(org.) Territórios Educativos : experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. Volume 1.

_____, H. (org.) Territórios Educativos : experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015. Volume 2.

SOARES, Luís Eduardo. Vidas Presentes. Cidade Escola Aprendiz, 2016.

TRILLA, J.; GHANEM, E. Educação formal e não-formal: pontos e

contrapontos. São Paulo: Summus, 2008. – (Coleção Pontos e Contrapontos).

UNICEF. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014. O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil. – Brasília, DF: 2014. Disponível em: https://www.alunopresente.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro_O_Enfrentamento_da_Exclusao_Escolar_no_Brasil.pdf.

_____. Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar>.

Sites

Academia QEDU – <https://novo.qedu.org.br/brasil/ideb>.

Academia QEDU Marabá – <https://novo.qedu.org.br/municipio/1504208-maraba>

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – <http://www.atlasbrasil.org.br/> .

Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) – http://www.cpcd.org.br/portfolio/possivel_fazer_educacao_sem_escola/.

Centro de Referências de Educação Integral (APRENDIZ, A.C.E.) – <https://educacaointegral.org.br/reportagens/inovacao-para-garantir-direito-a-educacao/>

Centro de Referências de Educação Integral – Glossário (APRENDIZ, A.C.E.) – <https://educacaointegral.org.br/glossario/gestao-democratica/>

Datasus – <https://datasus.saude.gov.br/publicacoes>

Educação e Território (APRENDIZ, A.C.E.) – <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>

Educação Integral (APRENDIZ, A.C.E.) – <https://educacaointegral.org.br/na-pratica/>

FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – <https://www.forumdca.org.br/>.

GESTÃO SUAS – <https://www.gesuas.com.br/blog/scfv/>.

Marcos Legais

BRASIL. LEI nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores (Código de Menores). Disponível em: <http://>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm .

_____. LEI Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm#art267.

_____. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. LEI nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm.

_____. LEI nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm.

_____. LEI nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

_____. LEI nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, MDS/SNAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

_____. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica, Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Brasília, MDS/SNAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf.

_____. LEI nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

_____. LEI nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm.

_____. LEI nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA), Brasília, 1991. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

Ficha técnica

Fundação Vale

www.fundacaovale.org

Presidência do Conselho de Curadores

Luiz Eduardo Osorio

Presidência

Hugo Barreto

Diretoria Executiva

Flavia Constant

Pâmella De-Cnop

Equipe

Fernanda Fingerl

Marcus Finco

Andreia Prestes

Ricardo Medeiros

Bruno Maciel

Juliana Barreto

Estação Conhecimento Marabá

Equipe Gestora

Audileide de Oliveira Silva

Equipe Administrativa

Amilton Ribeiro Da Silva

Antonio Silva De Sousa

Carmem Silva Fernandes Da Silva

Dinaria Francisca Carvalho

Francilene Brito De Lima

Francisca Marlene Rodrigues Da Silva

Gabriel Lopes Da Silva

Gabriela Rodrigues De Jesus

Gabryella Azevedo Da Silva

Gildasio Rodrigues Andrade Da Silva

Henrique Kione Santos Brandao

Ildemara De Sousa Idelfonso Silva

Jefferson Ribeiro Braga Ferreira

Jilson Soares Pinheiro

José Ribamar De Souza

Keison Teixeira Carvalho

Lucilene Gomes De Oliveira

Marcia De Sousa Silva Feitosa

Marcos Jose Farias De Sena

Maria Zenilsa Alves Da Cruz

Equipe Multidisciplinar

Barbara Damasceno Gonçalves

Daniela Farias Da Cruz

Gelidivany Batista De Oliveira

Guacira Ribeiro Da Silva

Natalya Lopes Rodgrigues

Patricia Stephany Maria De Carvalho

Poliana De Souza Ferreira

Rafael Moraes Rosa Da Cunha

Thais Carvalho Costa

Thayane Nunes De Oliveira

Equipe de Programas

Alerrando Kanando Conceição Lima

Bianca Coelho De Souza

Deyvid Borges Pereira Da Silva

Fabiola Maria Sena Ferreira

Gabrielly Fernandes Dias

Gildeany Freire De Assuncao

Hecton Alves Lima

Jocivane Da Silva Alves

Liliane Evangelista Guimarães

Manoel De Jesus Aguiar Da Silva

Maycon Lima Marinho

Paulo Sergio Alves Sinfronio

Rubnaldo Wingleolino Da Fonseca

Wellington Palheta Sampaio

Associação Cidade Escola Aprendiz

Direção Executiva

Natacha Costa

Coordenação Institucional

Paula Patrone

Coordenação de Programas

Raiana Ribeiro

Gestão do Programa Educação e Território

Lia Salomão

Gestão de Projetos

Lígia Borges

Formadores

Luciana Buitron

Maria da Penha Gomes

Wesley Lins

Publicação

Coordenação da Publicação

Lia Salomão, Lígia Borges e Raiana Ribeiro

Edição e Revisão

Raiana Ribeiro

Projeto Gráfico

Vinícius Correa

Diagramação

Ritta Seixas e Gláucia Cavalcante

Iniciativa:



Parceiros:

